

Ataque à Previdência é 'inaceitável'

Paulo Câmara: 'Essa reforma aprofunda as desigualdades sociais'



Reprodução



Para o governador de Pernambuco, PEC causa empobrecimento geral

O governador de Pernambuco e vice-presidente nacional do PSB, Paulo Câmara, condenou a reforma da Previdência: "Sou contrário ao texto que tramita no Congresso Nacional, pois o mesmo aponta para o aprofundamento das desigualdades sociais". Para o PSB, a PEC significa a "destruição da Seguridade Social e o empobrecimento geral do país, sobretudo dos pequenos municípios e dos mais pobres". "O Brasil que queremos não restringe direitos da população, ele os garante e amplia", concluiu. **Pág. 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Nelson Chinalia - Petrobrás



Governo anuncia o desmonte das refinarias do país

"Temos refinarias, vamos dar um passo de cada vez. Pode-se caminhar para a privatização mais ampla da Petrobrás", disse Bolsonaro, na quinta-feira (25). O governo anunciou a privatização de 8 refinarias da Petrobrás. **Pág. 2**

Bradesco lucra 22,3%, enquanto economia asfixia

O Bradesco divulgou que seu lucro líquido no primeiro trimestre do ano subiu 22,3%, na comparação com o mesmo período de 2018, atingindo R\$ 6,238 bilhões. Enquanto isso, segundo a Serasa Experian, a inadimplência subiu em março para o maior patamar desde o início da série histórica, iniciada em 2016: 63 milhões de brasileiros. **Página 2**

Banco Central derruba pela 9ª vez a previsão do crescimento

Na 9ª queda consecutiva da expectativa de crescimento da economia para 2019, o indicador do boletim Focus, do BC, foi parar em 1,70%. No início do ano, a estimativa era de 2,57%. **P 2**

Governo mostra números: a PEC tira R\$ 1 trilhão dos mais pobres

Reprodução TV Globo



PF comprova que PSL mentiu com despesas eleitorais de laranjas

"Isso é um indício concreto que a gente acha que está amplamente comprovado. Aquelas prestações de contas não refletem a verdade de que efetivamente ocorreu em termos de gastos de recursos", afirmou o delegado da PF, Marinho Rezende, após o resultado das operações de busca e apreensão realizadas nesta segunda-feira, em Minas Gerais. A PF esteve na sede do PSL-MG e em endereços de gráficas apontadas nas prestações eleitorais, dentro da operação "Sufrágio Universal", que apura um esquema de candidaturas laranjas, na eleição de 2018. A seção do partido em Minas era presidida na época pelo atual ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que se elegeu deputado federal com a melhor votação no Estado. **Página 3**

Os números que, supostamente, basearam a emenda de Guedes e Bolsonaro contra a Previdência Social, sobre os quais o governo decretara sigilo, foram expostos, finalmente, ao Congresso. Não foi uma surpresa para os deputados que esses números fossem mera vigarice, que não explicam nada. Pelo contrário, a única conclusão a que se pode chegar com o que o governo apresentou é que 85% do dinheiro (agora elevado para R\$ 1,2 trilhão) que Guedes e Bolsonaro quer tirar da Previdência seria à custa dos trabalhadores e aposentados mais pobres. Com o destino de ir para os mais ricos, os que não trabalham, os que vivem de juros, à custa da dívida pública e do dinheiro público. A reforma de Bolsonaro não é para acabar com os privilégios – é para acabar com as aposentadorias. **Página 3**

Bolsonaro propõe isentar de punição produtor rural que assassinar em suas terras

Com nenhuma realização a apresentar aos produtores rurais do país, Jair Bolsonaro, prometeu, durante a abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto, nesta segunda-feira (29), que vai liberar a posse de armas nas fazendas e ampliar a licença para matar camponeses sem terra. Ele anunciou que mandará um projeto de lei para o Congresso livrando de punição o "cidadão de bem" que matar outra pessoa no campo. Basta que se alegue ter cometido o crime "em defesa de sua propriedade" e tudo estará bem. "A propriedade privada é sagrada e ponto final", bradou Bolsonaro, para quem a vida humana tem menor valor. **Pág. 2**

HP NA INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

"O PT é o único partido político que existe. O resto é sigla de interesses eleitorais", diz Lula

No momento em que todas as forças democráticas do país procuram pontos de unidade para combater o retrocesso bolsonarista, Lula, em sua entrevista à "Folha de S. Paulo", realizada na sexta-feira (26/04), declarou que, nas últimas eleições, o PT "perdeu" mas "provou que é o único partido que existe nesse país. O resto é sigla de interesses eleitorais em momentos certos". **Página 3**

Centrais fazem 1º de Maio unificado em S. Paulo

Bolsonaro libera privatização de 8 refinarias da Petrobrás



Governo desconstrói parque de refino construído pela Petrobrás

Divulgação

“Temos refinarias, vamos dar um passo de cada vez. Pode-se caminhar para a privatização mais ampla da Petrobrás”, disse Bolsonaro, em café da manhã com jornalistas na quinta-feira (25)

O Conselho de Administração da Petrobrás aprovou na sexta-feira (26) a privatização de oito das 13 refinarias da estatal com produção de 2,2 milhões de barris por dia.

“A intenção é vender metade da nossa capacidade de produção”, disse o preposto de Bolsonaro à frente da estatal, Roberto Castello Branco, em entrevista à Globo News. Ele afirmou que espera arrecadar US\$ 15 bilhões com a venda das refinarias.

A política de “desinvestimento”, iniciado no governo Dilma Rousseff e implementado pelo governo Bolsonaro, vai atingir as seguintes refinarias, com capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (Rlam), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor).

É a política bolsonarista de desmonte da maior empresa nacional, estratégica ao desenvolvimento.

“Temos refinarias, vamos dar um passo de cada vez. Pode-se caminhar para a privatização mais ampla da Petrobrás”, disse Bolsonaro, em café da manhã com jornalistas na quinta-feira (25).

No momento em que o país necessita construir mais refinarias, inclusive para nos livrarmos das importações, o governo se propõe a entregar metade da capacidade de refino para o capital estrangeiro, a pretexto de combater o monopólio.

“Ao contrário do que alardeia o governo, a Petrobrás não tem o monopólio de refino no país. O fato é que foi a estatal que mais investiu no setor. O setor privado, principalmente as multinacionais, não está preocupado em investir. As múltiplas querem é tomar as refinarias da Petrobrás a preço de banana.

Conforme a Associação dos Engenheiros da Petro-

brás (AEPET), “O fato é que, no Brasil, a Petrobrás, por refinar petróleo por ela produzido, pode praticar preços abaixo da chamada paridade de importação e continuar lucrativa. Após o final da greve dos caminhoneiros, com preços mais baixos e menor volume importado, a Petrobrás recuperou sua participação de mercado e aumentou significativamente o lucro do refino, conforme demonstrado no balanço do segundo trimestre de 2018.”

(<http://www.aepet.org.br/w3/index.php/2017-03-29-20-29-03/votos-da-aepet/item/3059-confirma-o-voto-da-aepet-na-assembleia-de-acionistas-da-petrobras>)

Para a AEPET, “Somente a Petrobrás consegue suprir o mercado doméstico de derivados com preços abaixo do mercado internacional e, ainda assim, obter níveis de lucro compatíveis com a indústria, para sustentar uma elevada curva de investimentos, que contribuem diretamente com aumento da renda e dos empregos no país. Assim, o plano atual de privatizar 60% das quatro refinarias do Nordeste e do Sul é temerário, indesejável.”

DESMONTE

Ainda no dia 25, a Petrobrás anunciou a venda de ativos no valor total de US\$ 10,3 bilhões (cerca de R\$ 40 bilhões).

As transações são referentes a:

- a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás S.A. (“TAG”) para a multinacional francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ);

- a entrega de 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde (concessão BM-C-36) e do Módulo III do campo de Espadarte para a Petronas, estatal da Malásia;

- a cessão de sua participação total em 34 campos de produção terrestres para a empresa Potiguar E&P S.A., subsidiária da Petrorecôncavo.

O governo planeja ainda a venda do controle da BR Distribuidora, reduzindo a participação da Petrobrás para até 40%, e a venda integral da Liquigás.

Juros dos bancos atingem 300%

Enquanto os bancos apresentam recordes nos lucros e a inadimplência atinge o seu maior patamar histórico, os juros do cheque especial e do cartão de crédito voltam a subir.

De acordo com informações divulgadas nesta sexta-feira (26) pelo Banco Central (BC), a taxa de juros cobrada pelo bancos, em março, para o cheque especial chegou a 322,7%, ante 317,9% ao ano em fevereiro. Trata-se da quinta alta consecutiva.

Já os juros cobrados pelas operações com cartão de crédito subiram, de fevereiro para março, de 295,5% para 299,5% – também a quinta alta consecutiva.

O comportamento de agiotagem dos bancos ao praticarem uma das mais altas taxas de juros do mundo é o que tem garantido lucros recordes – enquanto todo o resto da economia agoniza na recessão.

Explorando o que chamam de “crédito de maior rentabilidade”, que é justamente o oferecido para pessoa física, os bancos garantem suas margens estratosféricas em tempos em que a população, sofrendo com o desemprego e o arrocho salarial, recorre ao cartão de crédito e ao cheque especial inclusive para despejar mais corriqueiras.

Essa receita contribuiu

para que a inadimplência em março atingisse 63 milhões de brasileiros – o maior patamar da série de pesquisas do Serasa Experian, iniciada em 2016. Isso significa que 40,3% da população simplesmente não consegue pagar suas dívidas. Entre os idosos com mais de 61 anos, 38,8% deles estavam inadimplentes em março do ano passado, especialmente por conta dos perniciosos créditos consignados dos bancos que descontam direto da fonte.

Não surpreende que as dívidas com bancos e cartões representem sozinhas 28,1% dos registros de inadimplência, ainda segundo o Serasa.

Lucro Bradesco

Nesta quinta-feira, o banco Bradesco informou que seu lucro líquido subiu 22,3% e chegou a R\$ 6,238 bilhões no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os primeiros três meses de 2018 (R\$ 5,1 bilhões). Na comparação com o quarto trimestre do ano passado (R\$ 5,830 bilhões), o lucro subiu 7%.

Segundo o Bradesco, no primeiro trimestre deste ano, o retorno sobre o patrimônio líquido (rentabilidade) atingiu 20,5%. O patamar mais elevado dos últimos 15 meses.



Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP)

“Reforma da Previdência, nem a pau!”, diz Orlando

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) se manifestou em seu Twitter, na segunda-feira (29), reafirmando que vota contra o desmonte da Previdência, em resposta a um internauta que o instou a votar a favor da reforma.

“Eu voto para defender os direitos do povo. Reforma da Previdência nem a pau!”. “Nem a pau, meu irmão. Fui eleito para defender os direitos do povo e não dar a vida dos nossos idosos para banqueiros”, afirmou em outra postagem.

O deputado e ex-ministro comentou ainda uma reportagem do jornal Estado de S. Paulo que mostra a degradação do mercado de trabalho nesse momento de crise no país. “Essas são as consequências da destruição do trabalho. Uma imensa massa de trabalhadores que exerce sua profissão desamparada, sem garantias, colocando a vida em risco nas ruas. Se passa a reforma da Previdência, nossos idosos vão engrossar as fileiras deste tipo de trabalho”, escreveu.

Em sua declaração de voto na Comissão de Cidadania e Justiça (CCJ) na terça-feira (23), quando da votação do parecer sobre a constitucionalidade da matéria, o parlamentar frisou que a reforma é para “entregar para a especulação do mercado financeiro direitos importantes do nosso povo”. “O que se faz aqui é abrir caminho para a privatização da Previdência pública”.

PGR: inquérito por caixa 2 do secretário da Previdência deve ir para primeira instância

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu que o inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar caixa 2 da campanha do secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, seja encaminhado à Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Marinho foi candidato a prefeito de Natal em 2012 e sua campanha declarou gastos inferiores ao que realmente gastou, para contratar uma produtora de vídeos. As investigações da Polícia Federal apontam gastos de R\$ 527,5 mil com os profissionais que trabalharam na produção de material audiovisual, além de R\$ 229 mil com a locação de imóvel e fornecimento de alimentação a esses profissionais.

“Dessa forma, sem incluir outras despesas com telefone, conta de energia, material de expediente, material utilizado nas gravações,

locação de equipamentos, transporte, combustível, lucro, pagamento de cachês, dentre outros, a despesa até então contabilizada é de R\$ 756.510,00, valor aparentemente superior ao montante declarado pelo candidato, dependendo do cotejo dessas informações com a prestação de contas eleitoral do investigado”, diz o relatório da PF.

No depoimento, Marinho afirmou que contratou a empresa por R\$ 700 mil. Depois, por dificuldades financeiras, pediu a redução do valor, que foi declarado à Justiça Eleitoral.

Deputado federal até janeiro de 2019, Marinho não conseguiu se reeleger e perdeu o direito ao foro privilegiado no STF. Por conta disso, a PGR indicou que a continuidade da apuração deve ocorrer na primeira instância. <https://horadopovo.org.br/pgr-quer-que-inquerito-por-caixa-2-do-secretario-da-previdencia-va-para-primeira-instancia/>

Previsão de crescimento do PIB cai pela 9ª vez seguida

Pela nona vez consecutiva, os representantes do mercado financeiro consultados pelo Banco Central (BC) para elaboração do boletim semanal Focus reduziram a expectativa de crescimento da economia para 2019.

O indicador do Produto Interno Bruto (PIB) – que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – passou de 1,71% para 1,70% e está cada vez se distanciando mais da projeção inicial de crescimento de mais de 2% do governo e também das promessas de recuperação econômica de Bolsonaro.

No início do ano, o boletim do BC chegou a prever o PIB em 2,57%

para este ano. A variação se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

As sucessivas reduções da expectativa de crescimento são desdobramentos de uma política econômica de arrocho fiscal que tem mantido o consumo, a indústria, o comércio e os serviços no limbo.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre os primeiros meses de 2019 já deram sinais de que o ano será, mais uma vez, desastroso.

A produção industrial

acumulou até fevereiro queda de -0,2%; o varejo permanece 6,6% abaixo do seu pico; e o setor de serviços (que possui maior peso na formação do PIB) caiu -0,9% apenas nos primeiros dois meses do ano.

O desemprego e o subemprego, por sua vez, atingem 27,9 milhões de pessoas de acordo com dados do trimestre encerrado em fevereiro, também do IBGE.

A medida que o governo mostra a que veio, o mercado reduz também a previsão para o PIB em 2020. Há quatro semanas, a expectativa era de crescimento de 2,75%. Nesta segunda-feira, as apostas caíram para 2,5%.

Bradesco lucra mais 22,3% no 1º trimestre e inadimplência explode

O Bradesco divulgou nesta quinta-feira (25) que o seu lucro líquido subiu 22,3% e chegou a R\$ 6,238 bilhões no primeiro trimestre deste ano, na comparação com os primeiros três meses de 2018 (R\$ 5,1 bilhões). Na comparação com o quarto trimestre do ano passado (R\$ 5,830 bilhões), o lucro subiu 7%.

Os bancos continuam batendo recordes nos lucros, apesar da crise econômica que atinge os principais setores da economia e a vida de milhões de brasileiros, com o desemprego recorde e queda na renda.

Segundo dados da Serasa Experian, divulgados na quarta-feira (24), a inadimplência subiu em março e atingiu 63 milhões de brasileiros. É o maior patamar desde o início da série histórica, iniciada em 2016. Isso significa que 40,3% da população não consegue pagar suas dívidas.

Entre os idosos com mais de 61 anos, 38,8% de-

les estavam inadimplentes em março na comparação com março do ano passado.

Com a crise, os brasileiros recorrem ao crédito pessoal que têm as taxas de juros mais elevadas. Taxas que garantem ganhos enormes aos bancos.

Segundo a Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), “a taxa de juros média geral para pessoa física aumentou de fevereiro para março, atingindo 118,25% ao ano em março/2019, sendo esta a maior taxa de juros desde janeiro/2019”.

No cheque especial, outro recurso usado para suprir a renda arrochada, houve uma elevação de 0,60%, passando a taxa de 11,68% ao mês (276,45% ao ano) em fevereiro/2019, para 11,75% ao mês (279,29% ao ano) em março/2019.

Nos 12 meses até março, a linha de crédito pessoal cresceu 23,4%, seguido

pelo empréstimo consignado e financiamento imobiliário.

As tarifas abusivas são outra fonte de elevado lucro para os bancos. Na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, a receita do Bradesco com as tarifas bancárias foi de R\$ 8,1 bilhões.

Segundo o Bradesco, no primeiro trimestre deste ano, o retorno sobre o patrimônio líquido (rentabilidade) atingiu 20,5%. O patamar mais elevado dos últimos 15 meses.

Contudo, o presidente do Bradesco reclama que o lucro foi pouco e ainda quer se apoderar dos recursos da Previdência, defendendo a reforma de Guedes.

O Bradesco divulgou também o lucro líquido contábil (lucro real) que foi de R\$ 5,82 bilhões no primeiro trimestre. Uma alta de 30,3% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506
Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Para Lula, 'o PT é o único partido político que existe'

No momento em que todas as forças democráticas do país procuram pontos de unidade para combater o retrocesso bolsonarista, Lula, em sua entrevista à "Folha de S. Paulo", realizada na sexta-feira (26/04), declarou que, nas últimas eleições, o PT "perdeu" mas "provou que é o único partido que existe nesse país. O resto é sigla de interesses eleitorais em momentos certos".

Na mesma entrevista, autorizada pela Justiça, Luiz Inácio Lula da Silva disse que os juizes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) "nem leram a sentença" da 13ª Vara de Curitiba, que o condenou, em primeira instância, por corrupção e lavagem, no processo da propina do triplex de Guarujá.

Somente o voto do relator do julgamento no TRF4, desembargador João Pedro Gebran Neto, tem 414 páginas, examinando todas as provas e as conclusões da primeira instância.

A sentença original, na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, que na época tinha por titular o juiz Sérgio Moro, tem 216 páginas, examinando minuciosamente as provas, além de todas as preliminares da defesa dos réus – incluindo Lula.

Tanto na 13ª Vara quanto no TRF-4, a defesa de Lula nem ao menos tentou contestar as provas – substituiu a contestação pela declaração de que elas não existiam e de que tudo não passava de perseguição política.

Nesse processo, Lula já foi condenado em três instâncias: 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, TRF-4 e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao todo, oito juizes (um na 13ª Vara, três no TRF-4 e quatro no STJ) examinaram o processo, julgaram e decidiram pela condenação, sem nenhuma divergência sobre o mérito.

Em todas as três instâncias, Lula teve direito à defesa, com ampla publicidade.

Porém, Lula prefere manter a sua "narrativa" de que tudo é perseguição política.

Sobre o sítio de Atibaia, ele afirmou que só ficou sabendo "desse maldito" sítio no dia 15 de janeiro de 2011.

Na verdade, segundo o depoimento de Emílio Odebrecht, Lula fora informado, no dia 31 de dezembro de 2010, último dia de seu segundo mandato, que as obras no sítio seriam entregues a tempo ("Eu disse: 'Olhe, chefe, o senhor vai ter uma surpresa e vamos garantir o prazo que nós tínhamos dado no problema lá do sítio'", depôs Emílio Odebrecht).

Quanto à OAS, foi o próprio Lula, pessoalmente, que acertou com Léo Pinheiro, então presidente da empresa, e Paulo Gordilho, diretor, as obras no sítio.

Foi como beneficiário dessas obras – e não pela propriedade do sítio – que Lula foi condenado. Esse processo é baseado, sobretudo, em provas materiais (v. [O que Lula não pagaram as obras do sítio?](#) e [Sítio de Atibaia: os e-mails que provam a culpa de Lula](#)).

As obras foram realizadas pela Odebrecht e OAS como propina – o próprio Lula disse que não pagou por essas obras, da mesma forma que Fernando Bittar, em nome do qual (e de seu sócio, Jonas Suassuna) o sítio estava registrado. Disse Bittar que esperava que Lula pagasse as obras: "Na minha cabeça, eu imaginava que isso eles [Lula e Dª Marisa] teriam que pagar" (v. [O PT e a propina do sítio de Atibaia e obra do sítio de Atibaia foi um agrado pessoal para Lula, diz Marcelo Odebrecht](#)).

Mas, disse Lula na entrevista à "Folha de S. Paulo", ele só cometeu um erro: "cometi o erro de ir num sítio em que alguém pediu e a Odebrecht reformou".

A Odebrecht, portanto, realizava reformas de graça em um sítio, porque "alguém" pediu...

Afinal, entre 2011 e 2016, Lula esteve apenas 273 vezes no sítio (v. ASSPA/PRPR, Relatório de Informação nº 029/2017).

Portanto, a julgar pelo que disse à "Folha", Lula cometeu 273 "erros".

Ler texto na íntegra em [www.horadopovo.org.br](#)

Paulo Câmara: 'sou contrário a essa reforma da Previdência'

Divulgação/Governo de Pernambuco



Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, vice-presidente do PSB

Governo mostra números: a PEC tira R\$ 1 trilhão dos mais pobres

Não costumamos registrar quando estamos certos sobre alguma coisa – ou, melhor, quando a realidade mostra que estávamos certos.

Mas, dessa vez, somos obrigados a fazê-lo.

Tínhamos dito que o sigilo sobre os números que supostamente basearam a emenda contra a Previdência de Guedes e Bolsonaro era devido ao fato de que ela não tinha base – ou os números não existiam ou eram mera empulhação, o que é, aliás, a mesma coisa.

Se não fosse assim, para que decretar o sigilo sobre esses dados?

Não fomos os únicos a dizê-lo – citamos, inclusive, o professor e economista José Luis Oreiro, que chegou à mesma conclusão, até por conhecer melhor do que nós quem é esse Guedes (v. [A "idade mínima" e a reforma secreta da Previdência de Guedes e Bolsonaro](#)).

Pois, na quinta-feira (25/04), quando o governo, pressionado por toda a so-

cidade – até mesmo pela parcela da mídia que é a favor do estupro previdenciário – apresentou seus supostos dados, comprovou-se a nossa conclusão.

O que foi apresentado é – como se dizia – de um ridículo atroz:

- oito slides que não querem dizer absolutamente nada;

- um link para as já conhecidas projeções da época do Meirelles – segundo se diz, atualizadas até março deste ano;

- dois gráficos que mostrariam "redução de desigualdades" do RGPS (previdência dos trabalhadores no setor privado) e do RPPS (previdência dos trabalhadores no setor público), mas que mostram apenas a vontade de tirar dinheiro, tanto de um sistema quanto de outro;

- e duas tabelas repetidas (a segunda é apenas um resumo da primeira), mais um gráfico que repete as duas tabelas, sobre o "impacto" da reforma de Guedes.

E isso é tudo.

Para o leitor que quiser conferir: [#TransparênciaNovaPrevidência](#).

(Sim, leitor, depois de esconder os dados até à desmoralização e apresentar um ridículo rato – como na frase do poeta latino –, eles ainda deram o nome de "Transparência" a essa vigarice.)

Por essas duas últimas tabelas, sabemos que o governo mudou de meta – ou, o que é mais provável, não tem a menor ideia sobre os números, nem quer ter, contanto que os trabalhadores sejam despojados de suas aposentadorias para cevar parasitas, já obesos de tantos ganhos de dinheiro público.

Na "exposição de motivos" de Guedes, que consta da emenda enviada ao Congresso, fala-se em "economia" de R\$ 1 trilhão e 72 bilhões em 10 anos.

Depois, o governo divulgou R\$ 1 trilhão e 160 bilhões como "economia".

Texto na íntegra [www.horadopovo.org.br](#)

C. L

PF comprova que PSL mentiu com as despesas eleitorais de laranjas

A sede do PSL em Minas Gerais foi alvo de buscas por parte da Polícia Federal na investigação que apura um esquema de candidaturas laranjas, durante a eleição de 2018. A seção do partido em Minas era presidida na época pelo atual ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que se elegeu deputado federal com a melhor votação no Estado.

Os policiais apreenderam documentos relativos à produção de material gráfico de campanhas eleitorais. A operação denominada "Sufrágio Ostentação" cumpriu, na manhã desta segunda-feira (29), sete mandados de busca e apreensão, em Belo Horizonte e mais

quatro cidades mineiras.

Além da sede do partido de Jair Bolsonaro, a PF esteve em uma gráfica no bairro Ipanema, na capital mineira, e em mais duas – em Contagem e em Lagoa Santa, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os agentes também fizeram buscas em endereços em Coronel Fabriciano e Ipatinga, no Vale do Rio Doce.

Segundo a PF, o objetivo da ação é esclarecer irregularidades na aplicação de recursos para cotas femininas. Para a PF, os "indícios são fortes" de que o PSL mentiu na prestação de contas. "Os indícios são fortes que ou a gráfica não produziu nada ou produziu para

outros candidatos", disse o delegado da PF, Marinho Rezende, responsável pela investigação.

"Isso é um indício concreto que a gente acha que está amplamente comprovado. Aquelas prestações de contas não refletem a verdade do que efetivamente ocorreu em termos de gastos de recursos", afirmou o delegado.

Em fevereiro, foi aberto um inquérito para investigar suspeitas de candidaturas laranjas, após candidatas da legenda denunciarem que foram usadas para desviar dinheiro público do fundo eleitoral.

Ver íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](#)

A entrevista do "amigo do amigo de meu pai"

Finalmente, o público é informado de que existe um íntimo de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF).

Tão íntimo que o trata de "Jair", ao invés de "presidente".

Além dessa intimidade com o "Jair", sua maior admiração é pelo ministro da Economia, Paulo Guedes:

"Você está mais liberal do que eu, [Guedes] me disse num jantar", revelou o presidente do STF, Dias Toffoli, em entrevista a "Valor Econômico".

Diz o "Valor", em uma excelente matéria e entrevista:

"Embalado pelo mantra de Guedes, Toffoli está disposto a entrar numa outra cruzada: 'Nós temos que destruir o Brasil'. O ministro está empolgado e aguarda para os próximos dias, segundo lhe confirmou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o anúncio de um pacto republicano, entre os Três

Poderes. Toffoli conta que desde o segundo turno da eleição presidencial, ainda na transição, alertou os bolsonaristas sobre a 'quantidade de conflitos que chegam ao Supremo nas áreas tributária e previdenciária', o que motivaria os presidentes do Judiciário, do Executivo e do Legislativo a se comprometerem com um pacto. 'Estabelecer algumas prioridades para a nação' explica Toffoli, indagado sobre detalhes deste acordo mútuo" (v. [Brasileiro é Estado-dependente, diz Dias Toffoli, presidente do STF, que defende mais mercado](#), Valor Econômico 26/04/2019).

Segundo Toffoli, nessa entrevista ao "Valor", o problema do brasileiro é que ele é um viciado em Estado: "O Brasil sofre de um vício de origem que está lá atrás na escravidão e na aristocracia: o Estado veio antes da sociedade".

Portanto, segundo seu saber sociológico, a escri-

"O Brasil que queremos não restringe direitos da população, ele os garante e amplia", diz o governador

O governador de Pernambuco e vice-presidente nacional do PSB, Paulo Câmara, afirmou que a reforma da Previdência "aponta para o aprofundamento das desigualdades sociais".

"Sou contrário ao texto que tramita no Congresso Nacional, pois o mesmo aponta para o aprofundamento das desigualdades sociais", disse.

O governador lembrou que o PSB, na última quinta-feira (25), fechou questão contra o desmonte da Previdência de Bolsonaro.

Em nota publicada nas redes sociais, Paulo Câmara considera "inaceitável a cristalização de um cenário que penalizaria, outra vez, os mais pobres. Este quadro precisa, na verdade, ser revertido. E para isso que trabalhamos".

"A responsabilidade fiscal, exigida de todos os governantes, não pode ser custeada pelo sacrifício social".

"O caminho deve ser o que dá suporte ao crescimento do país, com mais equilíbrio e sustentabilidade às contas da União, dos Estados e dos Municípios", enfatizou o governador.

"Pontos como a desconstitucionalização das normas previdenciárias, mudanças na aposentadoria rural, a capitalização e o novo formato do Benefício de Prestação Continuada (BPC), embutidos em um discurso de salvação das contas públicas brasileiras, seguirão combatidos por nós".

O governador destaca que é a favor de uma mudança, mas não essa que está aí, do Bolsonaro e Paulo Guedes, que tira direitos do povo brasileiro e arruína a economia do país.

"A nossa população, ainda bastante vulnerável, em sua maioria, espera do Estado brasileiro mais do que cálculos frios e punitivos. É fundamental a compreensão do seu verdadeiro papel, do governo em todas as esferas, para a construção de um futuro mais inclusivo, com oportunidades para todos, sobretudo e em primeiro lugar, para aqueles historicamente mais desassistidos".

"O Brasil que queremos não restringe direitos da população, ele os garante e amplia", concluiu.

PSB

O diretório nacional do PSB tomou a decisão de fechar questão por unanimidade, em reunião na quinta-feira (25), contra a proposta de reforma da Previdência apresentada por Bolsonaro. A

Jair Bolsonaro quer mais armas nas mãos dos fazendeiros e promete "licença para matar"

Com pouca coisa a apresentar aos produtores rurais do país em termos de realizações, Jair Bolsonaro prometeu, durante a abertura da Agrishow, em Ribeirão Preto, na segunda-feira (29), que vai liberar a posse de armas nas fazendas e ampliar a licença para matar camponeses sem terra.

Ele anunciou que mandará um projeto de lei para o Congresso Nacional livrando de punição o "cidadão de bem" que matar outra pessoa no campo. Basta que se alegue ter cometido o crime "em defesa de sua propriedade" e tudo estará bem. "A propriedade privada é sagrada e ponto final", bradou Bolsonaro.

"Temos um projeto nosso que vai dar o que falar", anunciou. "Vamos fazer com que, ao defender a sua propriedade privada, ou a sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude", prometeu Bolsonaro. A proposta de livrar os matadores do campo de punição pela Justiça foi apresentada por ele como "uma maneira que nós temos de ajudar a combater a violência no campo".

Parece uma transposição, para o interior do país, de sua visão sobre a atuação 'saneadora' das milícias urbanas, algumas delas já bastante conhecidas da população do Rio de Janeiro, e, inclusive, muito elogiadas por ele e por seus filhos.

O excludente de ilicitude, citado por Bolsonaro, é quando a pessoa, por alguns motivos justificáveis, não é punida por um crime que tenha cometido. Esta possibilidade já existe no Código Penal Brasileiro. Ele prevê essa situação para casos como a legítima defesa, por exemplo.

Mas, Bolsonaro e o ministro da Justiça, Sérgio Moro, querem ampliar esse conceito para que sejam reduzidas as penas, ou até deixe de haver punição, nos casos

bancada do partido na Câmara tem atualmente 32 deputados.

A resolução aprovada pelo PSB ressalta que o "espírito geral da proposta" encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional significa a "destruição da Seguridade Social e o empobrecimento geral do país, sobretudo dos pequenos municípios e dos mais pobres". O texto considera a reforma "um ataque impiedoso" à Previdência pública, "cujo fundamento é a solidariedade social, sem a qual não se pode falar com propriedade de uma sociedade democrática e inclusiva".

"É uma política regressiva que jamais qualquer governo, inclusive a ditadura, teve coragem de apresentar ao país", denunciou o presidente nacional do partido, Carlos Siqueira.

O documento diz ainda que o governo usa uma "abordagem fiscalista" sobre a questão previdenciária com o objetivo de "poupar os segmentos de maior renda e riqueza da população da contribuição que devem dar ao país".

"A reforma perseguida pelo governo tem por alvo específico o desfazimento dos pilares que mantêm o Sistema de Seguridade Social, composto pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, a maior conquista social do povo brasileiro dos últimos 34 anos de democracia", reforça o texto aprovado.

O líder do partido na Câmara, Tadeu Alencar (PSB-PE), assinou que a proposta "fere de morte" o sistema de seguridade social e de previdência pública conquistado pela Constituição de 1988. "Obviamente, é contra esse sistema, que diminuiu a desigualdade e as injustiças no país ao longo de 30 anos, que se coloca essa proposta a pretexto de combater privilégios e de buscar isonomia, justiça fiscal e tributária. Mas que, na verdade, comete o maior ataque já feito à seguridade e à previdência social do Brasil", disse.

Para o líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a "nova política do governo Bolsonaro" não é "apenas velha, mas decrepita".

Na sua conta no Twitter, o deputado disse que "se a reforma da Previdência fosse justa com os trabalhadores, o governo não imporia sigilo aos números ou compraria votos de deputados com R\$ 10 milhões em emendas extras por ano".

em que agentes de segurança cometam excessos. Isso seria justificável, segundo eles, pela presença de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

Arrolar esses "atenuantes", que estão presentes em praticamente qualquer situação de confronto, para justificar excessos, é uma atitude vista por especialistas como uma licença do governo para matar.

Ao defender a proposta de estender para os fazendeiros o "excludente de ilicitude", ou seja, estender para os conflitos de terra no Brasil a licença para os assassinos, Bolsonaro não contribui, como ele cinicamente disse, para combater a violência no campo. Ao contrário, ele está estimulando o aumento do morticínio de camponeses no interior do país.

"Ele [o fazendeiro] responde, mas não tem punição", argumenta. "É a forma que nós temos que proceder porque o outro lado [camponeses sem terra], que teima em desrespeitar a lei, temam vocês, temam o cidadão de bem e não o contrário", incentivou o presidente.

Bolsonaro informou que, em conversa com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, ficou acertado o envio de outro projeto, que vai na mesma direção do anterior, ou seja, na direção do aumento da violência e dos conflitos no campo.

"Estive ontem com o presidente da Câmara. Discutimos vários assuntos e a questão do agronegócio entrou na pauta. Semana que vem ele vai botar em pauta na Câmara um projeto de lei que visa fazer com que a posse de arma de fogo para o produtor rural seja utilizada em todo o perímetro da sua propriedade", prometeu Bolsonaro.

Hoje a posse se restringe à residência do fazendeiro.

S. C.

Paulo Coelho a Bolsonaro: "As mulheres brasileiras NÃO SÃO uma commodity"

O escritor Paulo Coelho, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), respondeu, em seu perfil no Twitter, às declarações de Bolsonaro, na última quinta-feira (25/04), em café da manhã com jornalistas, segundo o qual, "o Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade".

Em inglês, em aviso, também, aos cidadãos de outros países, Paulo Coelho escreveu no Twitter: "As mulheres brasileiras NÃO SÃO uma commodity. Turismo sexual NÃO é uma razão para visitar o Brasil".

["Brazilian women ARE NOT a commodity. Sex tourism is NOT a reason to visit Brazil"]

C. L.

Randolfe: Bolsonaro passar o Coaf para Paulo Guedes "é legislar em causa própria"

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que a tentativa de Jair Bolsonaro de passar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da

Economia é "legislar em causa própria, já que o filho do presidente foi flagrado pelo Coaf no escândalo do Queiroz".

Íntegra do texto em [www.horadopovo.org.br](#)

“Mortes ocorridas em Mariana foram cabalmente previstas”

Procuradores federais criticaram decisão que anulou acusação de homicídio doloso dos responsáveis pela barragem da Samarco. A acusação “continua tendo – amplo respaldo nas provas dos autos”

A decisão dos desembargadores da 4ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) de trancar a ação penal para o crime de homicídio aberto em 2016 contra executivos de Vale, Samarco e BHP Billiton em razão do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), foi criticada pelo Ministério Público Federal (MPF) nesta quinta-feira (25). Segundo o MPF, “a questão é que os acusados, cientes dos riscos, preferiram ignorá-los num contexto em que outros fatores, como aumento dos lucros, preponderaram”.

Com a decisão do TRF-1, os acusados não vão mais a júri popular – que julga crimes contra a vida –, e fica mantido o processo somente para os crimes ambientais e de inundação, que são previstos no código penal.

19 pessoas morreram após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana.

Na última terça-feira (23), a 4ª turma julgou os habeas de Sérgio Consoli e Guilherme Ferreira, ambos da mineradora BHP Billiton. Em seu voto, o relator Olindo Menezes, afirmou que o MPF narrou um crime de inundação, mas não apontou elementos para configurar homicídio pelo qual os executivos são acusados.

Ele ressaltou que os outros réus estão na mesma situação e o processo deve ser trancado para todos em relação ao crime de homicídio. O voto foi acompanhado pelos desembargadores Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho e Néviton Guedes.

Em reação à decisão TRF-1, a força-tarefa do MPF em Minas Gerais afirmou que “inúmeras provas mostram que inundação, danos ambientais e as mortes de 19 pessoas foram previstas por Vale, Samarco e BHP Billiton, e funcionários de alto escalão denunciados”.

Os procuradores ressaltam que a “acusação de homicídio doloso tinha – e continua tendo – amplo respaldo nas provas dos autos”. “Se o resultado morte adveio de uma conduta dolosa [assunção do risco de causá-las], a cominação legal é de prática de homicídio”.

O MPF afirma entender que “haveria apenas o crime de inundação se o resultado morte não tivesse sido previsto e assumido com a operação do empreendimento dentro de um cenário de risco proibido”.

“Fato é que todos os resultados – desmoronamento, inundação, danos socioambientais e mortes – foram cabalmente previstos pelas empresas, tendo sido registrados em relatórios e atas de reuniões, conforme inclusive prova um documento em especial: relatório interno da Samarco previa, em caso de rompimento da barragem, a

possibilidade de causação de até 20 mortes”, argumenta o MPF.

Segundo a procuradoria, essa “previsão mostrou-se assustadoramente correta, já que 19 pessoas perderam a vida em decorrência do rompimento de Fundão”. “A questão é que os acusados, cientes dos riscos, preferiram ignorá-los num contexto em que outros fatores, como aumento dos lucros, preponderaram”.

Os procuradores “lamentam que o julgamento dessa conduta vá ser impedido por uma decisão proferida em sede de habeas corpus, instrumento que não é destinado a analisar provas”. “Essa circunstância sobressai, especialmente num processo que se caracteriza por prova de imensa complexidade, com cerca de 170 volumes de documentação”.

A maior tragédia ambiental do país

A tragédia de Mariana ocorreu no dia 5 de novembro de 2015. No dia 20 de outubro de 2016, 21 pessoas ligadas às três mineradoras foram acusadas pela Procuradoria Geral da República em Minas Gerais pelo crime de homicídio qualificado. A eles também foram imputados crimes ambientais, inundação, desabamento e lesões corporais leves.

A Samarco, Vale e BHP Billiton, responsáveis pela barragem de Fundão, que se rompeu naquele 5 de novembro, causando a maior tragédia ambiental da história do país, responderam juntas por 12 delitos ambientais.

O juiz Jaques de Queiroz Medeiros, da Vara Federal de Ponte Nova, recebeu a denúncia do MPF em novembro de 2016, e pôs todos os acusados no banco dos réus. No entanto, o TRF da 1.ª região absolveu dois da acusação de homicídio qualificado, acolhendo pedidos das defesas, em 2018, em decisões que abriram caminho para que outros habeas corpus fossem

impetrados para trancar a ação. Após os pedidos das defesas dos executivos das mineradoras para que os habeas corpus concedidos pelo trf-1 a outros réus fossem estendidos a eles, o juiz federal Jaques de Queiroz Medeiros decidiu suspender os interrogatórios das testemunhas do processo.

Na prática, a ação não está suspensa, mas as audiências com as testemunhas são os principais passos para o andamento do processo. Após as oitivas das testemunhas de defesa, os réus serão interrogados. Antes da sentença, ainda haverá espaço para a entrega de alegações finais por parte do Ministério Público Federal e dos acusados.

Com a decisão do TRF-1, a ação volta a correr no âmbito penal, mas sem os réus responderem por homicídio.

Ricardo Salles corta 24% da verba destinada ao Ibama

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, mandou cortar em 24% o orçamento anual previsto para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão que está vinculado à sua pasta. Com o corte, que retira recursos que cobririam praticamente três meses dos gastos previstos para 2019, o Ibama terá seu orçamento reduzido de R\$ 368,3 milhões, conforme constava na Lei Orçamentária (LOA), para R\$ 279,4 milhões.

Essa redução deve afetar o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), responsável por fiscalizar as unidades de conservação florestal do País.

Com R\$ 89,9 milhões a menos no orçamento, o Ibama terá impacto em suas operações de fiscalização e manutenção do meio ambiente. Só as despesas fixas do órgão são estimadas em R\$ 285 milhões para este ano.



Palavra “Justiça” escrita sobre escombros das residências atingidas pela lama de rejeitos da mineradora Samarco na cidade de Mariana (MG). Dezenove pessoas morreram

Flávio Dino: No Maranhão “os cursos de filosofia e sociologia serão respeitados”

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), usou sua conta do Twitter na sexta-feira (26) para reagir ao ataque de Bolsonaro e seu novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, contra o ensino de ciências humanas nas universidades brasileiras.

Ele afirmou que manterá “o respeito aos cursos de filosofia e sociologia” no Estado. Para Dino, “sem ideias e pensamento crítico nenhuma sociedade se desenvolve de verdade”.

“No âmbito estadual, sempre manterei o respeito aos cursos de filosofia e sociologia. Sem ideias e pensamento crítico nenhuma sociedade se desenvolve de verdade. E não haverá o bem



“Sem ideias e pensamento crítico nenhuma sociedade se desenvolve de verdade”

viver que tanto buscamos como direito de todos”, ressaltou.

Bolsonaro afirmou que o Ministério da Educação “estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia”.

As declarações, feitas no perfil de Bolsonaro no Twitter, foram uma repetição de afirmações feitas pelo ministro na quinta-feira (25), durante uma transmissão ao vivo no Facebook.

Atacar ensino de humanas não resolve problema da renda e emprego, diz Fernando Henrique Cardoso

Para FHC, acabar com ensino não resolve problema da renda e emprego. O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, considerou que a medida é “mais uma casca de banana” jogada pela própria equipe de Bolsonaro.

“Preocupa o rumo do governo. As cascas de banana postas por sua gente mesmo causam mais estragos do que as oposições. Atua destoando: quer reduzir gastos com filosofia e ciências sociais, como se por aí se resolvesse o que de fato conta para o povo: renda e emprego. Até quando?”, indagou o sociólogo.

As declarações de Bolsonaro e Weintraub

repercutiram de forma negativa entre entidades acadêmicas.

“As declarações do ministro e do presidente revelam ignorância sobre os estudos na área, sobre sua relevância, seus custos, seu público e ainda sobre a natureza da universidade. Esta ignorância, relevável no público em geral, é inadmissível em pessoas que ocupam por um tempo determinado funções públicas tão importantes para a formação escolar e universitária, para a pesquisa acadêmica em geral e para o futuro de nosso país”, afirmou a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof) em nota subscrita por 27 associações de pesquisadores de áreas de humanidades.



“Preocupa o rumo do governo”, alerta FHC

Vídeo de ataque a professora, compartilhado por Bolsonaro, foi feito por dirigente do PSL

Jair Bolsonaro publicou neste domingo (28), em suas redes sociais, um vídeo de uma aluna que acusa a professora de gramática de fazer “doutrinação”. “Professor tem que ensinar e não doutrinar”, escreveu Bolsonaro ao compartilhar o vídeo.

Segundo a aluna, a educadora gastou 25 minutos da aula para falar sobre política, com críticas ao governo e ao guru do bolsonarismo, o astrólogo Olavo de Carvalho.

O que Bolsonaro não diz, é que Tamires de Paula, a jovem que se apresenta como estudante e que, assim como ele, condena o pensamento crítico dentro de sala de aula, é sua correligionária. Em seu perfil no Twitter, Tamires de Paula se apresenta como “Ativista Politicamente Incorreta. Co-fundadora do Direita Itapeva. Secretária-Geral PSL Itapeva”.

No vídeo, ela questiona a professora que afirma que Olavo de Carvalho é uma

anta. E então começa a questionar o tempo que a professora teria gasto para falar de política. “Você não percebeu que pegou 25 minutos da aula para expor sua opinião político-partidária?”, disse Tamires, que foi corrigida pela professora. “Não foi político-partidária”, disse a educadora.

A estudante então insiste. “Foi sim, a senhora criticou o Escola sem Partido, o governo, e não estou pagando cursinho para ouvir sua opinião político-partidária. Estou pagando cursinho para assistir à aula de gramática”, retrucou.

Durante o bate-boca, a professora pediu à aluna que procurasse o coordenador do cursinho. A estudante imediatamente concordou e disse que passaria a filmar todas as aulas e expor na internet. “A senhora não pode entrar aqui e falar o que quiser”, disse.

Questionado pela imprensa sobre o assunto quando chegava à casa de um dos

filhos neste domingo 28, Bolsonaro voltou a defender o “Escola sem Partido”. “Nós queremos a escola sem partido ou, se tiver partido, que tenha os dois lados. Isso tem que ser. Não pode é ter um lado só na sala de aula. Isso leva ao que nós não queremos”, afirmou.

O projeto está em debate no Congresso, e sua aprovação é vista por Bolsonaro e por muitos deputados do PSL como prioridade do governo. O novo texto quer amoldar os professores, cercar o pensamento crítico e fiscalizar o que os professores dizem. Ele proíbe, por exemplo, que os grêmios estudantis promovam atividades político-partidárias e considera “ato de improbidade administrativa” o descumprimento de quaisquer dos pontos previstos pelo projeto. Também prevê a criação pelo Poder Público de um “canal de denúncias” destinado a reclamações de estudantes em relação a professores.



Na segunda, os investigadores realizaram reconstrução das 13 mortes durante uma operação da PM no Morro do Fallet-Fogueteiro

RJ: Número de mortos pela polícia bate recorde, 434 no 1º trimestre do ano

O Rio de Janeiro apresenta crescimento da letalidade policial desde que Wilson Witzel (PSC) tomou posse como governador do estado em 1º de janeiro de 2019. No primeiro trimestre deste ano, já foram registrados 434 homicídios decorrentes de intervenção policial, uma média de quatro por dia.

Segundo um levantamento com base em dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), o número de mortos classificados como “em confronto” nos primeiros 90 dias de 2019 é o mais alto entre os registrados nos 85 trimestres desde 1998, quando começou a contabilizar o tipo de estatística no estado.

Cinco dos oito trimestres com mais casos desde o início da série histórica são justamente os cinco mais recentes: os quatro de 2018 e o primeiro de 2019. Em comparação com os primeiros três meses do ano passado, o mesmo período deste ano apresentou um aumento de 18% nas mortes. Antes de 2018, o estado nunca havia ultrapassado a marca de 400 mortes pelas mãos de policiais em três meses.

No estado do Rio de Janeiro, 28% de todas as mortes violentas registradas no primeiro trimestre de 2019 foram cometidas pela polícia. A parcela de homicídios cometidos por policiais vem crescendo em relação à quantidade total de mortes ano a ano. Durante todo o ano de 2018, a porcentagem chegou a 22%. No ano anterior, eram 16%.

Em três regiões do estado, a polícia foi responsável por mais da metade de todas as mortes violentas registradas no primeiro trimestre de 2019. A região em que mortes pela polícia correspondem à maior fatia do total de assassinatos é a patrulhada pelo 16º BPM (Olaria), que engloba o Complexo do Alemão. Do total de 27 mortes violentas registradas na área de janeiro a março de 2019, número que engloba homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes em confronto, 14, ou 59% do total, foram cometidas por policiais.

Na área do 3º BPM (Méier), 24 das 46 mortes violentas, 52% do total, foram registradas como homicídios decorrentes de intervenção policial. Já na área do 5º BPM, 14 das 27 mortes, ou 51%, aconteceram em confrontos.

Durante entrevista concedida ao portal PONTE, Jacqueline Muniz, cientista política e criadora do ISP, afirmou que os números mostram uma lógica cíclica no Rio e repetida por Witzel.

“Governantes sem políticas públicas, sem programas de ações consistentes, fazem essas bravatas exatamente porque não podem ser avaliados por não ter o que entregar. Toda vez que Witzel diz ‘vou dar tiro na cabecinha’, ‘vamos reprimir mais’, ele está vendendo um produto que não pode entregar. Qual sua ação, seu plano de segurança? Como não tem, usa discurso catártico de lei e ordem. Toda vez que não tem plano e não governa as polícias, você fica brincando de animador de auditório de festa infantil. O problema disso é que, em um primeiro momento, ele parece que comanda, mas é só aparência. Em breve, ele tende a ser algemado pelo próprio discurso que ele produziu porque a repressão por ela mesma gera escassez no recurso repressivo e na capacidade de se policiar.”

Ao ser questionada se o aumento dos assassinatos cometidos por policiais tem relação com o combate ao crime organizado ela diz: “A letalidade no Rio de Janeiro não aumentou porque o crime ficou pior, ficou mais feio, ela não segue alta por isso. O que está em jogo é seguir iludindo os policiais com aparência de heroísmo porque o que está em jogo é uma economia milionária, da indústria do crime, dos brinquedos de guerra. É um marketing macabro. Quando não se tem mecanismos profissionais de controle do uso da força, nem no RJ nem em lugar nenhum do Brasil, quando o governante, o governador que é o comandante geral das polícias e não os chefes da PM ou Polícia Civil, manda esse recado, está dando autorização covarde porque ele não vai pagar a fatura dos policiais. Ele vai pagar o trauma da família do policial que morreu? O trauma da população que perdeu alguém por bala perdida? Não vai. Esse cheque em branco para as organizações, isso [letalidade] aumenta sempre que tem esses estímulos”, completou.

Centrais convocam 1º de Maio contra ataques à Previdência



Acampamento Terra Livre, em Brasília
Índios em Brasília exigem demarcação de terras fora do Ministério da Agricultura

Desde quarta-feira (24/04), sob grande aparato policial, está acontecendo em Brasília a 15ª edição do Acampamento Terra Livre, que reúne 150 etnias indígenas brasileiras e cerca de 4 mil índios, que assentaram acampamento na Esplanada dos Ministérios e na Praça da Cidadania, pela defesa de seus direitos.

Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que organiza o acampamento, o evento desde ano ocorre em um momento de graves ataques aos direitos dos povos tradicionais.

Segundo a entidade, no último período, o conflito entre indígenas e grileiros de terras tem se acirrado por conta da medida provisória (MP 870) de Jair Bolsonaro, que passou para o Ministério da Agricultura a função de demarcação de terras e licenciamento ambiental das terras indígenas, que antes era da FUNAI, sob responsabilidade do Ministério da Justiça.

Após a publicação da medida, em 1º de janeiro, ao menos oito áreas indígenas foram atacadas por grileiros de terras e ruralistas.

“Querem nos negar o direito de existir. Em 1500 éramos mais de 8 milhões e hoje somos pouco mais de um milhão. Mas queremos dizer ao mundo que não vamos recuar. Lutaremos para defender nossos territórios, nossa cultura e nossa forma de existir, pois compreendemos que, assim, estamos defendendo a vida”, afirma a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara.

“Quero lembrar ao governo brasileiro que a Constituição de 1988 nos garantiu direitos e deveres iguais aos de qualquer cidadão brasileiro. Na Carta Constitucional está contido um pacto pela cidadania e diversidade brasileira. Não vamos arredar pé. Por nosso país, não abriremos mão de nossos direitos. Porque eu sou Guajajara e sou brasileira”.

MP 870

A MP de Bolsonaro também retirou a Fundação Nacional do Índio (Funai) da estrutura do Ministério da Justiça e a colocou na pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O órgão responsável pela política indígenista do Estado brasileiro está sob o controle da pastora evangélica Damares Alves, fundadora da ONG Atini, que é alvo de duas investigações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF), uma no Rio de Janeiro por sequestro e tráfico de crianças, e a outra em Rondônia, por incitação ao ódio contra indígenas. A ministra está envolvida em escândalo no qual índios da aldeia kamayurás, no Xingu relataram que a filha adotiva de Damares foi levada irregularmente da reserva indígena no norte de Mato Grosso.

Os indígenas também criticam as mudanças anunciadas pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, no atendimento à saúde indígena. Pela proposta do ministro, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), responsável pela coordenação da saúde dos índios em todo o país, deixaria de existir e em seu lugar entrariam as prefeituras municipais ou Organizações Sociais (OSs), entidades privadas, na assistência à saúde indígena.

PROTESTO

Na quarta-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas receberam representantes do movimento indígena.

Na audiência, os indígenas entregaram um pedido para que o Congresso Nacional não aprove a MP 870. Segundo um dos líderes indígenas que participou da reunião, Lindomar Terena, “o presidente do Senado vai ajudar a viabilizar o retorno. Se prevalecer o que diz a Constituição, a Funai volta para a o Ministério da Justiça”, disse Lindomar.

Na quinta-feira foi a vez do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, receber o movimento. A reunião com Maia foi feita a pedido da Frente Parlamentar Pró-Índigena na Câmara, coordenada pela deputada federal Joênia Wapichana (Rede-RR), a primeira parlamentar federal indígena eleita no país.

Os indígenas também pediram apoio a Maia pela não aprovação da MP 870. Maia disse às lideranças que não concorda com a transferência do poder de demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura e que a alteração “divide” o país e não promove “a segurança” dos povos indígenas.

“A Câmara dos Deputados é de todos aqui. Nós não trabalhamos a favor de uma parte da sociedade, trabalhamos a favor do nosso Brasil, então vocês podem contar comigo. O que pudermos fazer sobre a medida provisória como primeiro passo, vamos fazer”, disse Maia.



SP: ato unitário unirá todas as centrais e frentes populares no Anhangabaú



Até a direção da estatal de manifestou contrária à entrega da empresa
Bolsonaro anuncia privatização dos Correios

A privatização dos Correios, que já vinha sendo cogitada há algumas semanas pela equipe econômica do governo, foi anunciada pelo presidente em coletiva com jornalistas e em mais uma de suas “tuitadas”. “Demos OK para estudo da privatização dos Correios”, escreveu Bolsonaro.

A decisão de privatizar uma estatal estratégica e centenária como a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que, mesmo com o desmonte promovido nos últimos anos com terceirização de serviços, fechamento de agências, precarização do atendimento à população, demissões e rebaixamento salarial, fechou os últimos dois anos com lucro, desagrada até os colaboradores indicados por Bolsonaro.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcus Pontes, a quem a estatal é subordinada, já havia demonstrado resistência

à venda e afirmado que ela não seria privatizada. O vice-presidente, Hamilton Mourão, recentemente também declarou que “por enquanto a privatização dos Correios não estava nos planos do governo”.

Na quinta-feira (25), a própria direção dos Correios publicou no blog da empresa que “a privatização pura e simples do correio brasileiro será uma perda tanto para o país quanto para a sociedade”. O texto ainda destaca que “no segmento de encomendas [...] a exclusividade postal do Estado ainda é uma realidade para a grande maioria dos correios no mundo” e que “em países de extensão territorial comparável à do Brasil, como Estados Unidos, China, Canadá, Rússia e Austrália, eles são públicos e exercem o importante papel de integração nacional”.

O blog, uma publicação oficial dos Correios que segundo definição em sua

página inicial “reflete o momento importante por que passa a empresa”, defende ainda que “apenas em poucos países, todos de dimensões reduzidas, o serviço postal está nas mãos da iniciativa privada”.

E cita casos de países que tiveram que reverter suas privatizações, como Portugal e Argentina, “porque a privatização piorou os serviços e não trouxe os resultados positivos tão desejados”.

Durante o feriado de Páscoa, o próprio presidente da empresa, general Juarez Cunha, já havia defendido que a Empresa seja mantida como empresa pública. “A avaliação no governo é que o modelo de negócio da empresa está ultrapassado, mas há alto valor estratégico, precisa ser renovada para os novos tempos, especialmente com o crescimento do e-commerce”, afirmou.

‘Venda da estatal ameaça futuro de mais de 100 mil trabalhadores’, diz Sindicato

A declaração de Bolsonaro autorizando a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) “deixa em estado de alerta máximo os mais de 100 mil trabalhadores que estão com seus futuros e de seus familiares em risco”, diz artigo publicado no site do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares de São Paulo (SINTECT-SP).

Para o presidente da entidade, Elias Divisa, “toda estatal privatizada demitiu milhares de funcionários. Nos Correios a situação seria caótica, pois terceirizariam a maior parte das tarefas e trocariam os funcionários para acabar com o Acordo Coletivo e os direitos nele contidos, conquistados ao longo dos anos. Você quer inflar o índice de desemprego que já bateu o recorde

histórico com mais de 13 milhões sem trabalho no país?”, questiona.

O sindicato alerta para a importância do trabalho de conscientização da população sobre o papel fundamental dos Correios de “promover dignidade e acesso à comunicação de populações que vivem nos cantos mais distantes e remotos do país”.

“É a única empresa no Brasil a estar presente em todas as mais de 5 mil cidades, também prestando serviços como correspondente bancário onde nenhum banco privado quer atuar”, explica.

O sindicato argumenta que a privatização dos Correios somente seria interessante para os empresários estrangeiros nos grandes centros e capitais.

“O monopólio de cartas garante a sobrevivência da Empresa, pois a grande maioria das agências é deficitária. Com as isenções fiscais garantidas

pelo monopólio está garantida a existência dos Correios em todo o país, uma espécie de contrapartida. O setor de encomendas, por exemplo, é dividido com mais 200 empresas que prestam o serviço no país. No entanto, suas atividades estão restritas às regiões mais populosas”.

Para Divisa, o interesse do mercado é justamente nas regiões lucrativas. “O interesse seria pelos grandes centros e capitais e, automaticamente, deixar esse suposto prejuízo para o governo. Eles querem faturar a empresa e comprar o que vale a pena, deixando o que dá prejuízo para o Estado”, explica o sindicalista.

“A privatização dos Correios é um prejuízo enorme para a população brasileira e para nós que somos trabalhadores dessa empresa”, diz Elias Divisa.

Manifestações, greve e abaixo-assinado mobilizam trabalhador contra a reforma

As centrais sindicais se reuniram na última sexta-feira (26) em São Paulo para ultimar os preparativos para o 1º de Maio, que acontecerá na quarta-feira, no Vale do Anhangabaú, na região central da capital.

Além de São Paulo, as manifestações ocorrerão em todo o Brasil e, pela primeira vez na história do sindicalismo, reunirão todas as centrais (Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, CSP-Conlutas, CSB, Intersindical, Nova Central, UGT) em um evento unitário.

Em São Paulo participarão também as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), movimentos de mulheres e partidos políticos.

O ato será um grande NÃO à reforma da Previdência de Bolsonaro, que segundo os sindicalistas “significa um retrocesso inaceitável que só interessa ao empresariado e em particular aos banqueiros e rentistas”.

As centrais também contestam as demais medidas do governo contrárias aos trabalhadores, como a extinção do Ministério do Trabalho e a medida provisória 873, que visa asfixiar financeiramente os sindicatos e associações de trabalhadores, impedindo o desconto em folha da contribuição sindical.

A luta pela geração de novas vagas de empregos, além de melhoria salarial também estão na pauta das manifestações.

Os dirigentes sindicais também aprovaram a organização de uma Greve Geral, que terá a sua data anunciada durante a manifestação do 1º de Maio, além de um calendário de mobilizações como o Dia Nacional de Lutas Contra a Reforma da Previdência, no dia 15 de maio, junto à greve

nacional dos professores e trabalhadores em educação, e intensificação da campanha de coleta de assinaturas no abaixo-assinado, que tem como meta recolher 1 milhão de assinaturas que serão entregues ao Congresso Nacional.

“A unidade é essencial para o sucesso da greve geral e estamos dando passos decisivos nesta direção. Vamos redobrar os esforços para conscientizar o povo brasileiro sobre os riscos embutidos nesta falsa reforma, que na verdade é o desmonte do sistema previdenciário, o fim progressivo das aposentadorias públicas e a privatização por meio do perverso sistema de capitalização. Temos a obrigação de empenhar todas as nossas forças na luta para impedir mais este golpe contra a nossa classe trabalhadora”, afirmou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

Para o integrante da direção nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, “é tarefa de todas as centrais sindicais, sindicatos e movimentos empenhar todos os esforços para a construção da Greve Geral. Não podemos ter vacilo ou cair em armadilhas do governo em negociar pontos dessa reforma. Não existe mal menor. Para defender de fato o direito à aposentadoria dos trabalhadores e a Previdência Social é preciso derrotá-la na íntegra e para isso precisamos construir uma forte Greve Geral que pare o país”.

O ato está marcado para começar às 10h e na parte da tarde acontecerão apresentações musicais. Nomes como Leci Brandão, Maíra e Maraisa, Simone e Simaria, Marília Cecilia e Rodolfo, Roberta Miranda, Felipe Araújo, Guilherme e Santiago, Yasmin Santos, Toninho Geraes, Dj Evelyn Cristina e Mistura Popular estão entre as atrações previstas.

Abaixo, os locais das manifestações pelo país:

SÃO PAULO

Ato Unificado no Vale do Anhangabaú. Início às 10h, com falas das centrais sindicais, movimentos e partidos. Ao longo do dia, apresentações artísticas e culturais.

RIO DE JANEIRO

9h às 14h – Ato na Praça Mauá, com barraquinhas para coleta de assinaturas do abaixo-assinado contra a reforma da Previdência, além de outras atividades organizadas pelos sindicatos e movimentos populares.

14h às 17h – Os trabalhadores e trabalhadoras sairão em bloco pelas ruas, intercalando bloco e fala política das centrais sindicais e movimentos que compõem as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo.

RIO GRANDE DO SUL

Em Porto Alegre, ato unitário das centrais. Às 14h, concentração na Rótula das Guias; 15h – Caminhada Orla do Guaíba e 16h – Ato na Rótula do Gasômetro

FLORIANÓPOLIS

Ato unificado no Parque Municipal do Macoço da Cruz, culto ecumênico, atividades culturais, debates e ato político

RIO GRANDE DO NORTE

Em Natal, ato unificado, Praça das Flores, no bairro de Petrópolis, às 8h

ARACAJU

Em Sergipe, 8h – Concentração do ato na Praça

da Juventude – Conjunto Augusto Franco. Em seguida, caminhada em direção aos Arcos da Orla de Atalaia, onde ocorrerá um ato político e cultural com coleta de assinaturas do abaixo-assinado contra a reforma da Previdência.

PERNAMBUCO

Em Recife, às 9h, concentração na Praça do Derby

MINAS GERAIS

Contagem

Praça da Cemig, às 9h, ato ecumênico e ato político unificado das centrais

Itajubá

Às 9h, concentração na Praça Theodomiro Santiago

CEARÁ

Em Fortaleza, haverá às 15h, Ato Político e Cultural no Mercado dos Peixes. Concentração Espigão da Rui Barbosa (Av. Beira Mar)

TERESINA

Ato Político e Cultural do dia do trabalhador, no 1º de maio, que acontecerá na próxima quarta-feira, na Praça do CSU, no Parque Piauí a partir das 08h.

BAHIA

Em Salvador, às 14h, ato unificado no Farol da Barra

RORAIMA

16h30 -Concentração Parque Anauá, saída de carreta às 17h em direção à praça central do bairro Cidade Satélite

Italianos celebram 74 anos da vitória da Resistência sobre o nazifascismo

Com festa, os italianos comemoraram nas praças e ruas neste 25 de abril, quinta-feira, os 74 anos do “Dia da Liberdade”, quando as forças democráticas derrotaram o nazifascismo na Itália. As cerimônias começaram cedo com autoridades e populares colocando flores no Altar da Pátria, em Roma, e no Túmulo ao Soldado Desconhecido. Ao longo do dia, forças antifascistas, ex-combatentes da Resistência (partigiani) e partidos políticos realizaram atos e passeatas condenando o sangrento período de trevas, governado por “ordens sem sentido e cruéis”.

Uma das maiores manifestações aconteceu na praça principal de Milão, cidade de onde, já com os ocupantes alemães batidos pelos aliados e pela Resistência, partiu, no dia 25 de abril de 1945, a palavra de ordem, lançada pelo Comitê de Libertação Nacional com sede central na cidade, de tomada do poder em todas as cidades italianas e libertação de todos os prisioneiros.

Este dia foi instituído como o “Dia da Liberdade”. Três dias depois Mussolini, que – após a rendição italiana aos aliados ao final de 1943 – estivera à frente de um governo fantoche das regiões ocupadas pelos alemães, foi pego durante tentativa de fuga, pelos partigiani e fuzilado. Seu corpo foi exposto em praça pública sob vaias de repúdio de uma multidão.

“Celebrar o dia 25 de abril significa celebrar o retorno da Itália à liberdade e à democracia, depois de 20 anos de ditadura, privação das liberdades fundamentais, opressão e perseguição”, afirmou, sob aplausos, o presidente Sergio Mattarella, durante discurso na Praça de Popolo, na cidade de Vitorio Veneto, no norte do país.

O presidente italiano disse que a data faz menção ao “fim de uma guerra injusta, tragicamente travada ao lado de Hitler, numa guerra desencadeada para afirmar a tirania, vontade de dominar, superioridade racial e extermínio”.

É importante destacar, frisou Mattarella, que “muitos italianos, mulheres e homens, jovens e idosos, militares e estudantes, de várias origens sociais, culturais, religiosas e políticas, desenvolveram a consciência de que a redenção nacional passaria por uma firme e feroz revolta, acima de todo moral, contra o nazifascismo”. E assim foi feito.

Em homenagem às 355 vítimas do Massacre das Fossas Ardeatinas em Roma, realizado em 24 de março de 1944, quando foram assassinados 10 civis para cada nazista morto em um atentado da Resistência italiana, o primeiro-ministro Giuseppe Conte, destacou que “embora este seja um lugar de dor, hoje é um dia de festa pela Vitória”.

Para a prefeita de Roma, Virginia Raggi, a massiva mobilização popular é uma conclamação a que devemos estar permanentemente alertas para “nos opor a qualquer tentativa de apagar nossa história e todas as formas de violência e discriminação”. “Celebramos a libertação da Itália do nazifascismo. Nossa democracia é baseada na liberdade, direitos e antifascismo, nunca devemos esquecê-la”, enfatizou.

Brasil na luta contra o nazifascismo

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) representou o povo brasileiro em um dos mais dignos momentos das nossas Forças Armadas. O Brasil foi o único país da América do Sul a participar com força militar da luta contra o nazifascismo.

Ao vencer nos campos de batalha as tropas alemãs que restaram na Itália para defender o regime nazifascista, os pracinhas brasileiros avançaram através das cidades libertadas, entre elas Castelnuovo, Camaiore, Fornovo di Taro e Montese.

Sobre esta batalha que antecedeu a vitória e a rendição alemã aos brasileiros em solo italiano, sugerimos a leitura da matéria do jornalista Paulo Ramos Derengoski denominada “A ordem de batalha em Montese”, publicada no Hora do Povo em 4 de abril de 2018, no link: <https://horadopovo.org.br/a-ordem-de-batalha-em-montese/>

Sudaneses mantêm acampamento na capital, Cartum, para garantir a formação do conselho civil-militar

Sudaneses, apoiadores do levante que levou ao afastamento do governo de Omar Bashir, se mantêm acampados diante do Ministério da Defesa, na capital Cartum, desde a quinta-feira, quando avançaram as discussões para a formação de um Conselho Civil-Militar por uma composição que garanta “liberdade, mudanças e punição dos responsáveis pela repressão no governo recém-afastado e pelos conflitos que afligiram o Sudão”.

Na quinta-feira, as multidões convergiram de diversas partes do país decididas a apoiar uma greve geral caso os líderes do Conselho Militar de Transição (TMC), formado com o afastamento de Bashir, se negassem a entrar em acordo.

No domingo, manifestantes festejaram o anúncio de que as negociações para a formação de um comitê conjunto haviam avançado e que “grande parte das demandas” das organizações civis seriam atendidas.

Entre as colunas de manifestantes, entrou na cidade um trem superlotado por dentro, assim como milhares no teto dos vagões. O trem vinha da cidade de Atabara, conhecida – por sua produção siderúrgica – como a cidade do “ferro e do fogo”, de onde partiram as primeiras manifestações, assim que Bashir, atendendo a recomendações do FMI, cortou subsídios elevan-

do os preços de combustíveis e triplicando o preço do pão.

Para abrir espaço às negociações o porta-voz do TMC, tenente-general, Shamseddine Kabbashi, já anunciou o afastamento de três de seus integrantes mais implicados com a repressão que cresceu durante o regime do deposto Bashir.

A Aliança por Liberdade e Mudança (ALC) um grupo que lidera as manifestações e congrega diversas organizações civis do país e atua em conjunto com a Associação dos Profissionais do Sudão (SPA) foi quem lançou o chamado para a marcha, alertando que “os protestos devem continuar para proteger a revolução e garantir que todas as nossas demandas sejam alcançadas”.

A Associação dos Profissionais do Sudão saudou o avanço das negociações em clima de “construção de confiança”.

“Ambos os lados concordaram na importância de uma cooperação conjunta para que o país seja conduzido em direção à paz e estabilidade”, afirma a SPA. No entanto, a composição do Conselho Civil-Militar ainda apresenta pontos de discordância importantes: enquanto os manifestantes propõem uma formação de 15 integrantes, com 8 civis e 7 militares, os militares e quem um conselho de 10 membros, 7 militares e 3 civis.

“Bolívia cresce elevando salários e benefícios previdenciários”



Luis Arce: “Agora empreendemos a industrialização, que é o outro objetivo chave”

ONU condena a Arábia Saudita por decapitar de 37 opositores

O Escritório de Direitos Humanos da ONU (OHCHR, sigla em inglês) condenou, nesta quarta-feira a execução por decapitação de 37 opositores na Arábia Saudita.

Trinta e três dos 37 executados pertencem à minoria xiita, que corresponde a de 10 a 15% da população saudita.

A porta-voz do OHCHR, Ravina Shamdasani, declarou que comissários do órgão denunciam a falta de um processo justo uma vez que os condenados afirmaram que as confissões foram obtidas sob tortura e que não houve acesso a advogados de defesa durante toda a sua instrução.

A rede CNN teve acesso aos documentos do denominado Processo Awamiya (nome devido a que 14 dos condenados foram acusados da formação de uma ‘célula terrorista’ na cidade de Awamiya).

Segundo a rede, 34 dos 37 acusados repetidamente negaram aos juizes, que julgavam o caso, a veracidade de suas confissões.

Em alguns dos casos os acusados disseram que somente apuseram a digital do polegar em uma confissão que não foi redigida por eles e sim pelos próprios torturadores.

“Estas não são minhas palavras”, disse, perante o tribunal, Munir al-Adam, um dos acusados. “Eu não escrevi esta carta. Isso é uma difamação escrita pelo interrogador, de próprio punho”.

Outro dos conduzidos a julgamento, Hussein Mohammed al-Musallam, disse à corte que sofreu múltiplos ferimentos incluindo um nariz, uma clavícula e uma perna quebrados.

“Nada nestas confissões está correto, fui forçado a elas”, declarou Musallam.

Sem responder a questionamentos da imprensa internacional sobre estes bárbaros procedimentos, tanto as decapitações em massa, quanto às denúncias de confissões obtidas sob tortura, um funcionário saudita declarou, na



quinta-feira, que “o reino da Arábia Saudita adota a política de tolerância zero com relação a terroristas que derramam o sangue de inocentes, ameaçam a segurança nacional do reino e distorcem nossa grande fé”.

Quando aos questionamentos ao julgamento em si, disse apenas que “os criminosos condenados e executados tiveram seu dia em juízo e foram considerados culpados de crimes muito sérios”.

A execução em massa foi a maior desde janeiro de 2016 quando 47 cidadãos sauditas, também acusados de “terrorismo” foram decapitados incluindo o proeminente clérigo xiita, Nimr al-Nimr.

O despota Mohammed bin Salman, o mais festejado por Trump entre os chefes de Estado do Oriente Médio, prometeu, quando assumiu a chefia do seu reino, reformas que aliviassem o peso do despotismo sobre os cidadãos de seu país mas, desde então, tem comandado um dos mais bárbaros dos regimes sauditas. Ai se inclui a execução por tortura e esquartejamento do jornalista Jamal Kashoggi e a agressão ao Iêmen que já custou a vida de mais de 80 mil pessoas naquele país.

Tanto nos crimes anteriores, como agora, o presidente dos Estados Unidos, que assim como seus antecessores, se acha na condição de distribuir notas sobre a democracia de regimes mundo afora, deu de ombros e manteve a boca fechada.

De acordo com o jornal inglês The Independent, o Ministério do Interior da Arábia Saudita declara que “o execu-

tado, Khaled bin Abdel Karim al-Tuwaijri, depois de decapitado, foi crucificado e exposto em praça pública como advertência aos demais”.

A organização Anistia Internacional, através de sua porta-voz, Lynn Maalouf, denunciou as execuções, “após julgamentos vergonhosos, onde confissões foram extraídas sob tortura”, como “uma demonstração da total desconsideração das autoridades sauditas pela vida humana”.

“É também mais uma horrenda indicação de como a pena de morte tem sido usada como instrumento da política de esmagamento do dissenso. O uso da pena de morte é sempre perturbador, mas é ainda mais chocante quando aplicada através de julgamentos de pessoas abaixo dos 18 anos em flagrante violação das leis internacionais”, acrescentou Lynn.

Ainda segundo o Independent, a quantidade de execuções, já soma 96, neste ano de 2019, o que aponta para um infeliz número que deve superar o de execuções durante o ano de 2018 (149).

O ministro do Exterior do Irã, Javed Zarif, condenou o presidente norte-americano Donald Trump, por seu silêncio diante da barbárie saudita.

“Depois de uma piscadela quando do desmembramento de um jornalista, não vemos nem mesmo um sussurro por parte do governo Trump quando a Arábia Saudita decapita 37 homens em um dia e até crucifica um deles dois dias após a Páscoa”, disse Zarif.

“Israel é dirigido por um governo racista e de direita”, afirma o senador Sanders

“Israel é dirigido por um governo racista de direita”, afirmou o senador Bernie Sanders, na segunda-feira, 23, em apresentação de sua plataforma como pré-candidato democrata à presidência dos Estados Unidos nas próximas eleições (2020) a um grupo de estudantes de New Hampshire.

Sob aplausos, Sanders esclareceu que “não sou anti-Israel, mas o fato é que Netanyahu é um político de direita que, eu acho, está tratando o povo palestino de forma extremamente injusta”, afirmou Sanders, seguido por aplausos da plateia.

“Então, o que eu acompanho é que os EUA dão bilhões de dólares em ajuda militar a Israel. Aquilo em que eu acredito não é radical. Eu apenas entendo que os EUA devem lidar com o Oriente Médio em igualdade de condições. Em outras palavras, o objetivo deve ser tentar unir as pessoas e não apenas apoiar um país, que agora é dirigido, ouso dizer, por

um governo racista de direita”, acrescentou.

As palavras de Sanders aconteceram em resposta às declarações do premiê israelense, Bibi Netanyahu de que Israel iria anexar as terras palestinas já tomadas por assentamentos judaicos em território palestino (segundo as Convenções de Genebra, anexar território ou construir usurpando terras dos moradores de área ocupada são crimes de guerra). Ele detalhou que Bibi “sempre tenta ir ainda mais longe à direita, apelando ao racismo dentro de Israel”.

Israel é o país do mundo que mais recebe apoio financeiro para fins militares desde o final da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, recebe US\$ 3,8 bilhões ao ano. Sendo 3,3 bilhões para fins militares em geral e 500 milhões de dólares para manutenção de um sistema de defesa antimísseis.

Em contraste, o governo Trump suspendeu, desde fevereiro, toda a ajuda à sitiada

Autoridade Nacional Palestina. A medida é subsequente a outra agressão aos palestinos e ao mundo inteiro, com a unilateral transferência da embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém, premiando a ocupação de mais de 50 anos da Jerusalém Oriental árabe por parte das forças israelenses. Um dos elementos centrais impeditivos à paz.

Trump também ordenou a suspensão de todo apoio financeiro à UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (um suporte, até agora, mantido desde a implantação do Estado de Israel, o que foi feito à custa de tornar refugiados cerca de 800 mil palestinos com ancestralidade milenar na região).

“Israel tem todo o direito de existir em paz e segurança, mas os Estados Unidos precisam tratar não apenas com Israel mas, da mesma forma, com o povo palestino”, argumentou o senador.

Declarou Luis Arce, ministro da Economia e Finanças Públicas da Bolívia em entrevista à Hora do Povo

Luis Arce destacou o “modelo econômico social comunitário produtivo”, aplicado na Bolívia com base na recuperação dos recursos naturais, na nacionalização e na industrialização, que tem feito do seu país o que mais cresce na região por seis anos consecutivos. Confrontando a cegueira da seita neoliberal, ditada pelo FMI e Banco Mundial, Arce mostra a diferença de “um modelo que prioriza as pessoas, prioriza o social, sem descuidar, é claro, do econômico”, compartilhando conquistas como a redução da taxa de desemprego, o aumento do salário mínimo e a valorização da Previdência pública, que havia sido privatizada

SUSANA LISCHINSKY E LEONARDO WEXELL SEVERO

Como se explica que a Bolívia, em um momento em que a maior parte da América do Sul está em recessão, seja o país que mais cresce na região?

A resposta está relacionada ao modelo econômico. Os países da América do Sul têm aplicado políticas neoliberais e a Bolívia, desde 2006, adota um modelo diferente. Um modelo que prioriza as pessoas, prioriza o social, sem descuidar, é claro, do econômico. Temos o maior crescimento entre os países da região, 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

A mudança de modelo foi fundamental. Temos o retorno ao modelo neoliberal, como é o caso do Brasil e da Argentina. A Colômbia sempre esteve nessa linha; o Chile, apesar da Bachelet, sempre esteve na linha neoliberal, e no Peru também não tem havido maiores mudanças.

O neoliberalismo, na realidade, é um modelo que diz que o crescimento econômico tem base na demanda externa, nas exportações. Então é preciso exportar para poder crescer. É por isso que a onda, em toda a América Latina, é que precisamos gerar as condições para que o setor privado exporte mais e que, a partir disso, virá o crescimento econômico, puxado pela demanda internacional. E aí todo mundo está tentando vender aos Estados Unidos, à Europa, vender aos grandes mercados.

Mas nessa tarefa os países da região têm descuidado uma questão fundamental, que o nosso modelo enfatiza, que é o mercado interno, a demanda interna.

O nosso modelo parte da recuperação dos recursos naturais. Até alguns anos, a Bolívia era considerada um dos países mais pobres do continente. Porém, todos sabíamos que somos um país muito rico. E que a nossa história, como a de muitos países da região, é a história do saque dos seus recursos naturais.

Assim, em 2006, com o presidente Evo na liderança, demos um basta ao assalto que beneficiava a outros e decidimos recuperar nossas riquezas para nós mesmos. Essa é uma questão fundamental, uma diferença enorme com relação às políticas neoliberais.

Com a recuperação das riquezas, geramos excedentes e redistribuímos renda, onde a riqueza gerada pelos recursos naturais se distribuía à população por intermédio de bônus, o que tecnicamente se chama “transferências condicionadas”.

Para reduzir a mortalidade infantil criamos um bônus para as crianças, desde que estão no ventre materno. Além disso, as mães fazem exames de pré-natal e depois recebem apoio até os dois anos, com controle médico e assistência para que possam proporcionar boa alimentação, com segurança e apoio profissional.

Adicionalmente, temos o bônus Juancito Pinto. A Bolívia era um dos países que tinha uma das mais altas taxas de desercão escolar, que agora foi praticamente eliminada. As crianças que concluem o ano escolar recebem um prêmio econômico. Ninguém quer deixar de estudar.

Somos um dos poucos países no mundo – somente há quatro, e o único dos países emergentes –, em que o sistema de pensões e aposentadorias cobre 100% da população. Isso vem dos recursos naturais, do gás. Parte das vendas de gás se redistribui entre as pessoas, como uma renda

universal. Então todo mundo, tenha contribuído ou não, tem uma soma de dinheiro que lhe serve de pensão. Junto com a Dinamarca, Suécia e Inglaterra, somos o quarto país no mundo que tem cobertura de 100% da Seguridade Social. A média da América Latina é de só 42%. Há países na América Central onde a cobertura fica entre 16 a 22% da população!

A Bolívia tem um sistema de aposentadorias híbrido. Por um lado, esta ‘Renda Dignidade’, como a chamamos, em que todos bolivianos com mais de 60 anos recebem parte da renda petroleira. Depois, nosso sistema de pensões também é muito sui generis. Porque contrariamente ao que acontece no Chile e em outros países onde tudo havia sido privatizado, onde tudo é administrado pelos Fundos de Pensão privados, na Bolívia recuperamos a Previdência pública. Primeiro recuperamos a contribuição patronal para o sistema de aposentadoria. Ou seja, adicionalmente ao que vem dos recursos naturais, o trabalhador contribui, o empregador contribui, e criamos um fundo solidário. Na medida em que as pessoas vão ganhando mais, contribuem com parte de seu ingresso para uma bolsa, em que ingressam todos esses recursos e se distribuem entre os que têm menos. Portanto, elevamos a renda, as aposentadorias dos que têm menos com este fundo solidário, somada à contribuição patronal e mais a contribuição do próprio trabalhador. Tudo isso soma, melhorando substancialmente as aposentadorias.

Existe um valor mínimo para as aposentadorias? Sim. Neste momento o valor mínimo é de 4.200 bolivianos (cerca de 600 dólares), mais de duas vezes o salário mínimo, que é de 2.060 bolivianos.

Isso teria sido possível sem a nacionalização dos recursos? Jamais. A Bolívia recuperou os seus recursos naturais, nacionalizamos os hidrocarbonetos e algumas minas. Algumas empresas que tinham sido privatizadas no período neoliberal foram retomadas, como a Empresa de Comunicação e de Telecomunicações. Temos recuperado várias empresas, e resolvido processos pendentes por causa da nacionalização. Agora empreendemos a tarefa da industrialização, que é o outro objetivo chave.

Nosso modelo, que chamamos de “modelo econômico social comunitário produtivo”, desenhado por Carlos Villegas e por minha pessoa, no ano 2005, quando o presidente Evo se candidatou à presidência, tem uma particularidade fundamental: é um modelo eminentemente redistributivo. As políticas de transferência de renda têm melhorado a capacidade aquisitiva da população, sua qualidade de vida, e gerado um aumento na demanda da produção de bens. O outro lado dessa distribuição é que parte desses recursos naturais também é investido em empresas públicas, proporcionando mais renda ao Estado e continuando o processo redistributivo.

Então, geramos mais produção com uma parte dos recursos naturais e geramos mais demanda interna com as transferências de renda. Com maior produção e maior consumo se fecha o círculo. Com cada vez mais demanda, temos mais produção; mais produção, mais demanda, e assim sucessivamente. É isso o que estamos fazendo agora.

Leia a íntegra da entrevista em: <https://horadopovo.org.br/bolivia-cresce-elevando-salarios-e-beneficios-previdenciarios/>

Odebrecht é proibida de participar de contratos de obras públicas no México

Órgão do executivo federal do México, a Secretaria da Função Pública (SFP) anunciou na sexta-feira (26) que a construtora brasileira Odebrecht e sua subsidiária mexicana estão impedidas de atuar por três anos nas obras públicas do país. A Odebrecht subornou funcionários da Petróleos Mexicanos (Pemex) que integraram a campanha presidencial do neoliberal Enrique Peña Nieto (2012-2018). Somente o ex-diretor da Pemex, Emilio Lozoya, foi acusado pela Justiça de receber mais de 10 milhões de dólares.

Ao romper o silêncio que vinha sendo imposto ao Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (INAI) pelo governo de Peña Nieto, o presidente López Obrador possibilitou que a verdade finalmente viesse à tona. O INAI havia negado “por muito tempo” a abertura do caso Odebrecht, lembrou Obrador, frisando a necessidade de priorizar a “transparência, pois isso ajuda muito no combate à corrupção”.

A partir de agora todas as instituições da Administração Pública Federal, empresas produtivas do estado, entidades federativas e a Promotora Geral da República se mobilizaram para barrar as empresas públicas de “receber propostas ou celebrar qualquer tipo de contrato com a Odebrecht Engenharia e Construção Internacional de México, S. A. de C. V., e Construtora Norberto Odebrecht, S. A., já que foram desabilitadas por um prazo de três anos”.

A decisão contra a Odebrecht se deveu a ter apresentado “informação falsa” durante a celebração de um aditivo contratual em que não cumpriu “com os requerimentos legais e autorizações necessárias”, “realizando cobranças em excesso”, em detrimento do patrimônio da Pemex, sangrado para os cofres da construtora.

Porta-aviões são “200 mil toneladas de diplomacia”, bravateia embaixador dos Estados Unidos na Rússia

O vice-chanceler russo, Sergei Riabkov, respondeu à ameaça do embaixador de Washington na Rússia, a bordo de um porta-aviões nuclear no Mediterrâneo, de que ali estavam “100 mil toneladas de diplomacia internacional”, dizendo ter a esperança de que “a diplomacia de megafone norte-americana” não se converta em “uma diplomacia de megatons”.

Caso em que, como ressaltou, “não haverá ganhadores” e os diplomatas norte-americanos se arrependerão de “não poderem encontrar uma oportunidade para um diálogo normal e construtivo com seus parceiros no mundo”.

A bravata do embaixador de Trump, Jon Huntsman, foi feita a bordo do porta-aviões nuclear USS Abraham Lincoln, da classe Nimitz, que, acompanhado do USS John C. Stennis, também nuclear, mais um grupo de dez navios de guerra, faz no momento exibição de força no Mar Mediterrâneo.

Como eram dois porta-aviões nucleares juntos, depreende-se que eram “200 mil toneladas de diplomacia”. A última vez que dois porta-aviões ianques adentraram simultaneamente no Mediterrâneo havia sido em 2016. “Cada um dos porta-aviões que estão operando no Mar Mediterrâneo neste momento representa 100.000 toneladas de diplomacia internacional”, declarou o afoito.

Huntsman acrescentou que se a Rússia “realmente quer melhorar as relações” com os EUA, deve parar de conduzir “suas atividades desestabilizadoras” em todo o mundo.

Ou seja, o mundo inteiro tem que se submeter ao que o Pentágono e Wall Street querem. Ter soberania é “desestabilizador”, asseveraram os ventríloquos do excepcionalismo norte-americano.

As provocativas manobras também são feitas nas vésperas do anunciado corte a zero das exportações de petróleo do Irã e logo após as eleições na Ucrânia que despacharam o marionete Poroshenko.

Comentando tais parvoíces, o vice-presidente da Associação de Diplomatas Russos, Andrei Baklanov, rebateu: “Huntsman nos acusa de atacar, tentando dominar, mas surge a pergunta: o que esta ar-

mada está fazendo longe da costa dos EUA?”

Aliás, muitos milhares de milhas náuticas.

Baklanov acrescentou que o conceito de comunicação orgânica entre o Mar Negro e o Mediterrâneo “é geralmente aceito”. “Para nós, o Mar Mediterrâneo é uma piscina tão próxima quanto o Mar Negro”.

“Os americanos acham que este é um pedaço dos oceanos do mundo, onde todos estão em pé de igualdade, mas este não é o caso”, assinalou o especialista.

“Eles precisam começar com eles mesmos. O que eles estão fazendo nos mares Negro e Mediterrâneo? Esta é uma tentativa de dominar o mundo da maneira mais inescrupulosa”, enfatizou Baklanov.

Um especialista militar ouviu pela RT, Vasily Dandykin, considerou estranha a argumentação de Huntsman, levando em conta que os aviões que bombardearam a Síria, a Líbia e a Iugoslávia decolaram de navios dessa classe no passado.

Ele notou, ainda, que a Rússia acaba de lançar ao mar quatro novos navios, duas fragatas com mísseis e o submarino nuclear Belgorod, portando o Poseidon.

“Talvez tenha sido isso que deixou excitado o embaixador americano”, assinalou. De qualquer forma, a chegada desses dois grupos de porta-aviões é uma grande oportunidade “para nossa esquadra no Mediterrâneo treinar rastrear-los”.

Por sua vez, o chanceler russo Sergei Lavrov advertiu que, no contexto da falta de diálogo entre a Rússia e a Otan, “o preço de um erro ou mal-entendido” pode ser muito alto. No que tange à Rússia, acrescentou, “seguem sobre a mesa” todas as propostas para “fortalecer a estabilidade estratégica”.

Desde que Moscou anunciou suas armas hipersônicas, contra as quais os EUA não têm reconhecido defesa, a histeria anti-russa em Washington, que não dá mostras de cessar, tem vindo à tona das formas mais grotescas – como um embaixador falar em “100 mil toneladas de diplomacia”, dirigindo-se a uma superpotência nuclear com conversa de “diplomacia de canhoneiras” da era colonial.

PSOE vence eleição na Espanha e PP tem a maior derrota da história



A participação dos espanhóis nas eleições foi a maior em dez anos: 75,4%

Colombianos fazem greve geral em defesa dos direitos trabalhistas e da Previdência

Para repudiar o desmonte de direitos trabalhistas e o ataque à previdência estabelecido no mal denominado ‘Plano Nacional de Desenvolvimento’ (PND) do governo de Ivan Duque, trabalhadores e aposentados foram às ruas da Colômbia na quinta-feira (25), na primeira greve geral desde a posse em agosto passado.

A mobilização recebeu, ainda, o apoio de estudantes e de associações de defesa dos direitos indígenas, e contou com forte presença dos educadores que, ao lado dos estudantes, nos meses anteriores forçaram Duque a alguns recuos.

Manifestações, bloqueios de estradas e greves se estenderam por todo o país. No final dos protestos, na praça Bolívar, em Bogotá, houve confrontos entre a tropa de choque e encapuzados.

A greve foi convocada pelo Comando Nacional Unitário, que agrupa a Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e a Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC).

No manifesto de convocação da greve geral, as centrais sindicais denunciaram que o plano de Duque pretende “aprofundar a flexibilização laboral e legalizar a informalidade, dando um golpe severo ao contrato de trabalho vigente na Colômbia e à negociação coletiva”. O plano também arrocha o salário mínimo,

através da mudança para a contratação por horas.

As centrais sindicais também repudiaram a funesta “reforma da previdência” de Duque, a que acusam de “buscar fortalecer os fundos privados, debilitar a Colpensiones [o ‘INSS’ colombiano] e eliminar a compatibilidade entre pensão por aposentadoria e por incapacidade laboral”.

As centrais sindicais também denunciaram o assassinato de lideranças sociais – quase 500 – desde a assinatura da paz com as Farc, exigiram garantias ao protesto social e reiteraram sua defesa dos acordos de paz, que estão, como apontaram, sob “constantes ataques provenientes dos setores mais retrógrados do país”.

O Conselho Regional Indígena do Cauca (Cric), que durante quase um mês bloqueou o sudoeste do país para exigir os direitos dos povos originários e mais investimentos, mobilizou até a capital do Departamento, Popayán, pela “defesa da vida, do território, da democracia, da justiça e da paz”. A mobilização que durou quase um mês obteve compromisso de Duque de aumentar em 17,5% os recursos para os indígenas. Educadores e estudantes, que no início do ano arrancaram do governo Duque aumento da verba para a educação, voltaram a exigir

nas ruas o cumprimento do acordo, de US\$ 1,4 bilhão a mais. Eles denunciaram as ameaças aos princípios da liberdade de cátedra e da autonomia das universidades, assim como os intentos de privatização do ensino.

Manifestantes também advertiram ao governo Duque, que para a paz se consolidar são indispensáveis os investimentos nas regiões mais carentes, prometidos como parte dos acordos de Havana.

Na semana passada, o Conselho de Segurança (CS) da ONU discutiu a implementação dos acordos de paz na Colômbia que, segundo o secretário-geral Antonio Guterres, se encontra em uma “conjuntura crítica”.

O CS advertiu que a demora na assinatura da lei estatutária da Justiça Especial para a Paz [que averiguará os delitos cometidos durante o conflito], as objeções formuladas pelo governo Duque, o assassinato de ex-combatentes e a aproximação das datas de expiração das áreas territoriais [onde se concentraram os ex-guerrilheiros] comprometem o objetivo do acordo. A declaração do CS, assinada por todos os 15 integrantes, exortou “à pronta adoção” por parte de todas as entidades envolvidas para que “entre em vigor o quanto antes a lei estatutária”, em concordância com o acordo de paz.

Cúpula Kim-Putin: “Desnuclearização só com base no respeito à soberania da Coreia Popular”

Em entrevista coletiva após o final da primeira cúpula entre o líder norte-coreano Kim Jong Un e o presidente russo Vladimir Putin, nesta quinta-feira (25), o dirigente russo afirmou que a desnuclearização só poderá acontecer “com base no direito internacional” e que a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) precisa de “garantias sobre sua segurança e soberania”.

A cúpula ocorreu em Vladivostok, no extremo leste da Rússia, na Universidade Federal do Extremo Oriente, com Kim chegando em sua limusine negra blindada e sendo recebido por Putin com um caloroso aperto de mãos. As relações “tradicionalmente amistosas” e de “raízes profundas” entre a RPDC e a Rússia foram ressaltadas por Kim, que disse ao anfitrião esperar “uma reunião produtiva já que a situação na península coreana é de grande interesse para o mundo inteiro”.

“Assim será”, retrucou o presidente russo, após Kim se prontificar a “intercambiar pontos de vista e revisar exaustivamente a situação da península e resolver juntos este problema”.

Putin saudou então Kim por seus esforços de diálogo com a Coreia do Sul e pela normalização das relações com os EUA. Ele acrescentou que a visita “ajudará a compreender melhor as formas de resolver a situação na península coreana”. O presidente

russo manifestou, ainda, a determinação em apoiar “esses processos positivos que estão se desenvolvendo”.

A cúpula, na parte inicial, reuniu apenas Putin e Kim e os respectivos tradutores, a que mais tarde se juntaram as delegações das duas partes. Os dois líderes trocaram felicitações, por Kim ter sido reeleito presidente da Comissão de Assuntos Estatais pela Assembleia Nacional Suprema do Povo e pela vitória de Putin na eleição presidencial do ano passado.

Na tradicional troca de presentes, Putin recebeu do líder coreano – a quem tratou como o “camarada Kim” – uma espada, e o agraciado com uma moeda comemorativa.

Em outra demonstração do clima de entendimento e gentileza, após o encerramento da cúpula, Putin acompanhou sorridente Kim até sua limusine e ali permaneceu de pé, até que o líder norte-coreano se fosse, acenando pela janela do veículo.

Na entrevista coletiva, Putin afirmou que “acabamos de ter uma conversa bastante construtiva. Conseguimos falar sobre a história das nossas relações intergovernamentais, sobre a atualidade, sobre as perspectivas de desenvolvimento das relações bilaterais”.

O presidente russo reiterou que, para que o proble-

ma da desnuclearização da península coreana se resolva a contento, “precisamos restaurar o poder do direito internacional, voltar ao estado em que o direito internacional, e não que a lei do mais forte determina a situação no mundo”, completou.

O que a RPDC precisa é de “garantias para sua segurança e soberania”, acrescentou. Putin relatou que o próprio presidente Kim “nos pediu para informar o lado norte-americano sobre nossa posição”. “Aqui não há segredos, não há conspirações”.

O presidente russo afirmou que os interesses de seu país coincidem com os dos EUA no sentido de que ambos são favoráveis a uma “completa desnuclearização” da península coreana. “No que diz respeito à redução da ameaça de conflitos nucleares, esta é certamente uma prioridade comum”, afirmou.

Putin também defendeu a retomada das conversações multilaterais sobre a questão, com a participação da RPDC, EUA, Coreia do Sul, China, Rússia e Japão, dizendo-se “convencido de que aí está a chave do êxito”.

O presidente russo voltou a exaltar as possibilidades de desenvolvimento e intercâmbio que se abrem com a paz na península coreana, com Moscou a favor da interligação do sistema ferroviário.

Leia mais em horadopovo.org.br

O Partido Popular espanhol aplicou por anos a política de arrocho e corte de direitos e recebeu o troco agora: caiu de 137 deputados para 66. O PSOE ampliou sua bancada de 85 para 123

O partido que foi o principal alçoz da Espanha sob a Troika e entusiasta da reforma da previdência e da xenofobia, o PP, sofreu a maior derrota da sua história nas eleições desse domingo (28), despencando de 137 deputados para 66 – menos da metade.

Os social-democratas do PSOE sagraram-se vencedores, ampliando sua bancada de 85 para 123. A participação nas eleições foi a maior em dez anos, chegando a 75,4%.

Jornais espanhóis e do mundo inteiro registraram o “colapso do PP”, depois de certa euforia sobre a possibilidade de um governo bem de direita em Madrid, que reuniria além do PP os neoliberais reciclados do Ciudadanos (CS) e o “Vox”, agremiação de neofascistas e neofranquistas recém saída do forno, em função dos arroubos do extremismo no mundo inteiro, agravado pelos episódios de contestação na Catalunha e pela decisão do governo de Pedro Sánchez de mandar afinal retirar os restos mortais do ditador Francisco Franco do Memorial Vale dos Caídos e honrar os mortos da Guerra Civil.

“NÃO PASSARÃO!”

O PSOE fez do mote de barrar o Vox o grande estímulo para eleger seus deputados e vencer a eleição. “Quem ganhou foi uma Espanha plural e diversa. É o que vamos construir a partir de hoje”, afirmou o primeiro-ministro Sánchez.

O grande temor para as forças progressistas era a repetição em escala nacional do cenário que passou a existir em Andaluzia em dezembro do ano passado, um governo do PP-CS, com apoio tácito do Vox. O PSOE governava ali há 36 anos.

Diante da sede do PSOE em Madrid, uma pequena multidão festejou aos gritos de “Viva a Espanha, viva o socialismo!” e “Não Passarão!”. Logo seguido de “Sim, podemos!” – o grito de guerra do Podemos que, junto com a Esquerda Unida, formou a aliança Unidas Podemos (UP), que inclui os comunistas.

Para a aprovação de um governo Sánchez, são necessários 176 votos no parlamento e, como o PSOE só tem 123, a participação da UP – que conquistou 42 vagas – se torna indispensável.

As duas forças somam 165 deputados e assim será necessário ainda agregar nacionalistas e outros independentes. Com a declaração de vitória, o PSOE passa imediatamente às consultas para o novo governo.

Outra “alternativa” que vinha sendo acalentada na mídia, um governo PSOE-CS, foi repelida aos gritos de “Rivera não”. Rivera é o líder do Ciudadanos. “Bastante clara a mensagem”, acedeu Sánchez.

O PSOE governara a Espanha durante os últimos oito meses, com Sánchez como primeiro-ministro de um governo de minoria, graças à sustentação garantida pelos partidos de esquerda e pelos nacionalistas da Catalunha e do País Basco.

A retirada do apoio dos partidos da Catalunha na votação do orçamento em fevereiro acarretou a queda do governo e necessidade de antecipação de eleições, diante das divergências sobre a autonomia catalã e com líderes catalães ainda presos e processados.

O governo Sánchez também decretou aumento de 20% do salário mínimo, num rompimento importante em relação à política de arrocho do ex-primeiro-ministro Rajoy. O sucesso da “Geringonça” no vizinho Portugal, em que foi possível um acordo para alívio do arrocho da Troika entre o PS português e os comunistas e bloquistas de esquerda em troca de sustentação parlamentar, com base em metas concretas pré-concertadas, também

vinha sendo um estímulo para avançar nesse sentido. Outra qualidade do governo Sánchez foi a grande participação das mulheres em seu ministério.

VITÓRIA AMPLA

O PSOE ganhou em quase toda a Espanha, com exceção de quatro pequenas províncias – vencidas pelo PP –, da Catalunha – vencida pelos independentistas da ERC –, e do País Basco, onde a vitória foi dos nacionalistas. Venceu na Andaluzia, onde perdera em dezembro.

O apelo do PSOE ao “voto útil” contra o Vox acabou repercutindo no resultado da aliança Unidas Podemos, agora a quarta força política do país, que fez 42 deputados, de 71 que detinha. “É um resultado suficiente para frear a direita e construir um governo de coalizão das esquerdas”, afirmou o líder do Podemos, Pablo Iglesias. Mesma posição do líder da Esquerda Unida, Alberto Garzón.

Na Catalunha, a Esquerda Republicana (ERC), com 15 deputados, deslocou a agremiação do ex-presidente regional, Carles Puigdemont, que está asilado na Bélgica, cujo partido, o Juns per Catalunya (JxCat), alcançou sete cadeiras. O líder do ERC, Oriol Junqueras, está preso, acusado de sedição contra o Estado espanhol e complô pela independência da Catalunha. O ERC conquistou mais seis cadeiras, e o JxCat perdeu uma.

O El Mundo considerou que esse resultado expressa um deslocamento do eleitorado catalão para uma postura mais moderada na relação com Madrid. Foi na Catalunha que mais cresceu a participação em relação ao pleito de 2016 – quase 18% a mais.

BLOCO DA DIREITA

Dentro do bloco de direita, o Ciudadanos (CS) melhorou sua posição, indo para 51 deputados, o que no momento não servirá de muito para o anseio de ser a nova cara dos neoliberais, sem aquele desgaste todo – além da corrupção – associado ao PP como gestor da cartilha de Frau Merkel. Seu líder, Albert Rivera, se autoneomeou novo chefe da “oposição a Sánchez”. A mídia espanhola anda prevendo uma briga de foíce, pelo posto, entre a direita.

Já o neofascista Santiago Abascal chamou o PP de “direitinha covarde” e responsabilizou o principal partido conservador pela derrota, acrescentando que “não foi capaz de se opor à esquerda e entregou os meios de comunicação e a educação à esquerda progressista”. Desinteressadas pesquisas de reta final asseveravam que o Vox chegaria a 36-38 deputados, mas não foi eleito.

Para o líder que substituiu o detestado Rajoy, Pablo Casado, o jeito foi reconhecer que o resultado foi “muito ruim”, constatação que deve ter requerido enorme esforço intelectual. Como remendo, assinalou que o objetivo do PP é mostrar – a Merkel? a Trump? – “que seguimos como a melhor opção para o futuro da Espanha”. Ele também culpou a “fragmentação da direita” pelo resultado e pediu uma “reflexão” a respeito, lamentando os ataques sofridos (do Vox) no final de campanha.

MARCAS DA CRISE

No ano passado, a Espanha teve um crescimento de 2,5%, acima da média da zona do euro, mas o desemprego continua alto, da ordem de 14% em geral e de 36% entre os jovens. Para os jovens que têm emprego, 30% só conseguem empregos temporários, sendo que metade disso é de menos de seis meses. A pobreza na Espanha quadruplicou desde 2008, segundo relatório da Oxfam. A.P.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Elsie Parrish, a camareira que salvou o Direito do Trabalho nos EUA

O artigo abaixo, do jurista, professor e procurador do Trabalho Cássio Casagrande, nos pareceu interessante para o conhecimento de nossos leitores.

Os EUA não possuem uma instituição semelhante à nossa Justiça do Trabalho, criada pelo presidente Getúlio Vargas em 1941 – ou semelhante à Justiça do Trabalho de outros países, como a Alemanha, a França, a Espanha ou a Bélgica.

Nesse sentido, os EUA são um país muito atrasado.

O que não quer dizer que não exista, lá, um Direito do Trabalho. Apenas...

Bem, leitores, vejamos o artigo de Casagrande, originalmente publicado no site JOTA.

Acrescentemos, somente, um comentário: os mesmos juizes da Corte Suprema dos EUA que, em nome da “liberdade de contrato”, declararam “inconstitucional” a fixação de salários mínimos para **mulheres e crianças** (é esse o conteúdo da sentença no processo *Adkins v. Children's Hosp.*), nada tinham contra a fixação dos preços de mercadorias – ou seja, **sobrepreços** – pelos cartéis e monopólios privados, na mesma época.

C.L.

CÁSSIO CASAGRANDE*

Nascida no Kansas em 1899, Elsie Parrish tinha 36 anos, seis filhos e um neto quando bateu na porta do escritório do Dr. Charles Burnham Conner, modesto, porém respeitado advogado da pitoresca Wenatchee, conhecida como “a capital da maçã”, uma cidadezinha de dez mil habitantes no vale do Rio Colúmbia, Estado de Washington.

Elsie havia trabalhado durante dois anos como camareira para o Hotel Cascadian, tendo sido despedida no dia 11 de maio de 1935, ocasião em que embolsou um cheque de 17 dólares a título de saldo de salários. Naquela tarde do fim da primavera de 1935, ela explicou ao advogado que queria ajuizar uma ação trabalhista contra o antigo patrão. Disse ao causídico que a questão era muito simples: o empregador pagava-lhe uma remuneração inferior ao salário mínimo estadual para mulheres. Nas contas de Elsie, ela tinha para receber uma diferença de 216,19 dólares por todo o contrato de trabalho.

O Dr. Conner ouviu a narrativa da camareira com um ar complacente, pensando em como a Senhora Parrish era ingênua ao descrever a sua causa como “simples”. Sem dúvida, os fatos eram incontroversos: os salários pagos pelo Cascadian, administrado pela companhia West Coast Hotel, eram inequivocamente inferiores ao estabelecido na lei estadual. Mas o problema era a questão “de direito”: desde o julgamento do caso *Adkins v. Children's Hospital* em 1923, a Suprema Corte dos EUA declarara a inconstitucionalidade de leis que fixavam salários mínimos, ao argumento de que essas normas violavam a “liberdade de contrato”. A jurisprudência estava de tal forma consolidada que os órgãos administrativos estaduais de fiscalização no Estado de Washington sequer se davam ao trabalho de promover o *enforcement* [execução] da lei local do salário mínimo.

A decisão proferida pela Suprema Corte no caso *Adkins* era mais uma dentre tantas da famosa “Era Lochner”, período da história da corte constitucional americana correspondente às três primeiras décadas do século XX, durante as quais juizes conservadores e ativistas dominaram a composição do tribunal, fulminando como inconstitucionais todas as leis do Congresso e das Assembleias estaduais que instituíam leis trabalhistas. Esse período sombrio foi assim denominado em razão do famoso caso *Lochner v. New York*, de 1905, que inaurou essa fase e no qual foi declarada a inconstitucionalidade da lei do Estado de Nova Iorque que limitava a jornada de trabalho dos padeiros a dez horas por dia e sessenta semanais. O argumento era o de que leis trabalhistas violavam a liberdade contratual, que estaria protegida pelo *due process of law* da Décima Quarta Emenda.

Pelos trinta anos seguintes à decisão do caso *Lochner*, os juizes conservadores mantiveram-se em maioria e derrubaram de forma inclemente e despidorada todas as leis sociais de proteção ao trabalho originárias do poder Legislativo, estadual ou federal.

Neste longo interlúdio, os Justices da Suprema Corte invalidaram, dentre outras, além da limitação da jornada de trabalho (*Lochner v. New York*, 198 U.S. 45 (1905)), normas que asseguravam o direito de livre associação aos sindicatos (*Adair v. United States*, 208 U.S. 161 (1908)); que garantiam o exercício da greve e do boicote (*Lowe v. Lawlor*, 208 U.S. 274 (1908)); que proibiam o trabalho infantil (*Hammer v. Dagenhart*, 247 U.S. 251 (1918)) e, como visto, que estabeleciam salário mínimo (*Adkins v. Children's Hospital*, 261 U.S. 525 (1923)).

Mas então a Bolsa de Nova Iorque quebrou no dia 24 de outubro de 1929 e veio a Grande Depressão. Nas ruas de Manhattan choviam suicidas. No início dos anos 1930, um em cada quatro americanos estava desempregado, milhões encontravam-se afundados em dívidas e outros tantos passavam fome. Os subterrâneos do metrô de Nova Iorque eram a casa de milhares de trabalhadores. Herbert Hoover, do Partido Republicano, fora eleito em 1928 – antes do crash em Wall Street – e sua resposta para a crise foi mais “*laissez faire*” liberal: ele acreditava que a depressão era natural em um movimento cíclico do capitalismo e que a competição livre das forças de mercado por si só reergueria a economia, eliminando os “fracos”. Mas a sua resposta estava errada, pois o cenário só se deteriorava, ano a ano. Na eleição de 1932, o opositorista do Partido Democrata Franklin Delano Roosevelt nadou de braçada e levou a presidência.

F.D.R. assumiu em 1933 e, diferentemente de Hoover, defendia que somente uma intervenção do Estado poderia reorganizar a economia e tirar os EUA do buraco. Ele aplicou a doutrina keynesiana de intervenção tópica do governo para alavancar a economia e assim nascia o “New Deal”. E um dos pilares da nova política rooseveltiana seria o reforço da legislação laboral, através da criação de uma norma federal uniforme (*National Labor Relations Act*, de 1935) que estabelecia patamares mínimos de regulação trabalhista e criava condições para que os sindicatos tivessem força e posição de equilíbrio nas negociações coletivas. Mas essas medidas equivaliam a uma declaração de guerra à jurisprudência conservadora da Suprema Corte, ainda dominada pelos juizes propectos e reacionários da “Era Lochner” (os Justices eram então apelidados de “Os Nove Velhos”), sustentada na ideia – há muito superada na Europa – de que a liberdade de contrato de trabalho deveria



Elsie Parrish, após a decisão da Corte Suprema (foto: Wenatchee Daily World, 29/04/1937)

ser absoluta.

No ano de 1935, a Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade de diversas leis fundamentais do New Deal, em especial aquela que era talvez a sua espinha dorsal, a *National Industrial Recovery Act* (NIRA), que continha também algumas provisões sobre regulação laboral. Essa decisão foi divulgada no dia 27 de maio de 1935, uma segunda-feira, causando um grande estardalhaço. O dia passou a ser conhecido como a “Black Monday” de Roosevelt. Portanto, a Suprema Corte resolveu dobrar a aposta e “pagar para ver”, especialmente porque contava então com uma maioria sólida de cinco juizes conservadores.

F.D.R. estava furioso com as decisões dos anos judiciais de 1935 e 1936, extremamente conservadoras, que anulavam suas principais medidas.

O povo lhe havia concedido um mandato para por fim às políticas excessivamente liberais de Hoover, mas agora a Suprema Corte estava barrando suas iniciativas, restabelecendo por decisão judicial a política de *laissez faire* anterior que fora rejeitada nas urnas. Certamente o próximo alvo da Suprema Corte seria a *National Labor Relations Act*, pois os empresários já estavam propondo diversas ações contra ela, arguindo sua inconstitucionalidade.

Roosevelt decidiu então confrontar a corte constitucional, especialmente depois de ser reeleito em novembro de 1936 com uma votação avassaladora.

Valendo-se do fato de que a Constituição dos EUA não define o número de juizes da Suprema Corte (matéria relegada à legislação ordinária), F.D.R. começou a conceber no início do segundo mandato o famoso “*court packing plan*”, o plano de empacotamento da corte: um projeto de lei que, caso aprovado, lhe permitiria indicar, em curto prazo, mais seis juizes para a Suprema Corte! O projeto seria encaminhado ao Congresso logo no início do segundo mandato de Roosevelt e suscitaria um acirrado debate entre os congressistas.

Bem, mas voltemos ao caso da senhora Elsie Parrish, pois é exatamente neste momento que, por um belo capricho da história, a sua ação trabalhista vai parar no olho do furacão da luta renhida que ameaçava o equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Enquanto Roosevelt e os juizes da Suprema Corte disputavam uma dura batalha política sobre a constitucionalidade de medidas fundamentais do New Deal, o processo *Parrish* (v. *West*

Coast Hotel) corria modorrentemente na Justiça do Estado de Washington. O hotel havia vencido em primeira instância, mas a decisão surpreendentemente acabara sendo revertida na Suprema Corte Estadual em favor de Elsie. O argumento (pouco consistente para afastar o precedente) era o de que no caso *Adkins v. Children's Hospital* a lei do salário mínimo declarada inconstitucional era federal, enquanto que no caso *Parrish* a lei era estadual.

Por acreditar que a decisão deste tribunal violava o precedente *Adkins v. Children's Hospital* – já que era irrelevante a competência federativa para solucionar a questão, pois tanto a União como os estados podem editar leis trabalhistas nos EUA –, a companhia hoteleira recorreu à Suprema Corte dos EUA, contratando um habilidoso, reputado e caro advogado da capital americana. A empresa não estava preocupada apenas com os 216,19 dólares reclamados pela senhora Parrish, é claro. O processo era importante porque teria um impacto na folha de pagamento de toda a rede de hotéis administrados pela corporação, sem contar a avalanche de ações que certamente seriam ajuizadas para reclamar o passivo trabalhista.

O caso entrou na pauta da Suprema Corte para sustentação oral em dezembro de 1936 (semanas após a reeleição de Roosevelt, portanto). O advogado patronal estava muito confiante, especialmente porque o precedente do caso *Adkins* havia sido reafirmado pela corte constitucional em um caso julgado seis meses antes, *Morehead v. New York ex re. Tipaldo*, 298 U.S. 587 (1936). Nesta hipótese, uma apertada maioria de cinco a quatro declarara a inconstitucionalidade de uma lei do Estado de Nova Iorque que estabelecia salário mínimo para mulheres e crianças. Franklin Roosevelt criticou publicamente esta decisão, dizendo que ela criava uma “terra de ninguém”, na qual nenhum governo conseguiria agir.

No entanto, quando a decisão do caso *West Coast Hotel v. Parrish*, 300 U.S. 379 (1937) foi anunciada pela Suprema Corte, em 29 de março, o público descobriu com grande espanto que a decisão era distinta daquela do caso *Morehead*, julgada apenas alguns meses antes!

Contra todas as expectativas e probabilidades, por cinco votos a quatro, os Justices desta vez decidiram o caso em favor da trabalhadora, a camareira Elsie, declarando agora a constitucionalidade da lei do Estado de Washington, afirmando assim a possibilidade das assembleias legislativas estaduais instituírem salários mínimos para as mulheres.

A corte declarou expressamente que o precedente *Adkins*

v. *Children's Hospital* de 1923 estava superado (“*overruled*”). Era o fim da “Era Lochner”. Coincidentemente, o caso foi divulgado em uma segunda-feira e essa data passou a ser conhecida como a “White Monday”. Com grande ironia, o Advogado-Geral do governo Roosevelt declarou: “A Constituição nesta segunda-feira, dia 29 de março de 1937, não significa a mesma coisa que ela significava no dia 27 de maio de 1936”.

Mas, afinal, o que havia mudado em menos de um ano? Aparentemente, nada. A composição da Suprema Corte era exatamente a mesma, nenhum juiz havia deixado o tribunal nesse período.

O voto que alterou o placar foi proferido pelo Juiz Owen J. Roberts. Ele simplesmente mudou de lado, juntando-se aos juizes que haviam sido vencidos no idêntico e recente caso anterior.

Muitas explicações têm sido dadas para o comportamento do Juiz Owen Roberts, pois a mudança de seu posicionamento representaria dali por diante uma verdadeira guinada na orientação ideológica da Suprema Corte, favorável ao New Deal e à legislação trabalhista. Para alguns historiadores, Roberts mudou de lado por temer uma intervenção mais dura de Roosevelt através do “plano de empacotamento da corte”. Essa explicação teria dado ensejo, inclusive, a uma expressão que entrou para o folclore da corte constitucional americana. A alteração repentina de opinião do Juiz Owen passou a ser conhecida como “*the switch in time that saved nine*” (a mudança oportuna que salvou nove).

Essa versão é rechaçada por outros autores, que sustentam que Roosevelt encaminhou mensagem ao Congresso com o “*court packing plan*” quando o voto de Owen no caso *Parrish* já havia sido elaborado. Isso de fato é corroborado por estudos mais recentes, mas é bastante possível que os juizes constitucionais já estivessem cientes do plano nos bastidores. Também há aqueles que acreditam que Owen J. Roberts refletiu sobre as consequências da decisão do caso *Morehead* (muito criticada pela opinião pública e pelo próprio presidente), simplesmente mudando seu pensamento jurídico. Teriam contribuído para isso os veementes votos divergentes proferidos naquele caso anterior, elaborados por juizes da minoria que eram considerados verdadeiros luminares da Suprema Corte, como Harlan F. Stone, Benjamin N. Cardozo e Louis D. Brandeis. Roberts era o juiz que havia ingressado por último naquele colegiado e não se pode desconsiderar a hipótese de que tenha se deixado convencer ou influenciar por aqueles grandes juristas.

Não pode ser igualmente



descartado que o juiz, ao mudar de opinião, tenha levado em conta outras considerações de ordem política, já que a votação maciça do eleitorado em favor da reeleição de Roosevelt era um recado inequívoco sobre o que a população pensava do New Deal e da instituição de leis trabalhistas limitando a liberdade contratual.

Muito provavelmente, talvez todos esses fatores tenham concorrido para mudar a linha do Juiz Owen J. Roberts, que acabaria por reorientar a atuação da Suprema Corte a partir do caso *Parrish*, no sentido de reconhecer a constitucionalidade da regulação da atividade econômica pelo Estado, especialmente em matéria de direitos sociais.

O plano de empacotamento da corte de Roosevelt foi rejeitado pelo Congresso em meados de 1937. Nos anos seguintes ao caso *Parrish*, inúmeras ações foram levadas à Suprema Corte pelo patronato para questionar a constitucionalidade da *National Labor Relations Act*, começando por *N.L.R.B v. Jones & Laughlin Steel Corporation*, 301 U.S. 1 (1937), julgada naquele mesmo ano. Neste e nos demais processos a legislação trabalhista da Era Roosevelt foi mantida incólume pela Suprema Corte, cuja composição também começou a ser modificada lentamente por F.D.R., pela natural reposição de juizes aposentados ou falecidos. Alguns juristas norte-americanos, não sem razão, referem-se a esse momento como a “Revolução Constitucional de 1937”.

Em razão deste contexto, a ação trabalhista ajuizada pela camareira Elsie Parrish representou na história dos EUA o triunfo da legislação social para a classe trabalhadora daquele país, após terrível período de grande opressão patronal durante a “Era Lochner”, no qual a realidade eram salários baixos, jornadas excessivas e abuso na contratação de mulheres e crianças.

Nestes tempos obscuros que atravessamos, quando a legislação trabalhista é demonizada em tantos lugares, a história de Elsie Parrish lembra uma lição importante aos que acreditam na Justiça: é preciso lutar pelo Direito, mesmo quando tudo parece perdido.

Elsie Parrish foi procurada por muitos jornalistas durante e após a decisão do caso pela Suprema Corte. Ela não se sentia confortável com a notoriedade, pois acreditava que havia perdido oportunidades de emprego em razão do ajuizamento da ação trabalhista contra o Hotel Cascadian. A foto que ilustra essa matéria foi tirada por um jornal local de Wenatchee logo depois da decisão da Suprema Corte, em outro hotel para o qual ela passou a trabalhar, em uma cidade próxima. Elsie voltou à sua vida anônima de trabalhadora e nos anos 1940 mudou-se para a Califórnia, onde viveu até seu falecimento, na cidade de Anaheim, em 03 de abril de 1980.

* Doutor em Ciência Política, Professor de Direito Constitucional da graduação e mestrado (PPGDC) da Universidade Federal Fluminense – UFF. Procurador do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro.